

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2016

MUNIC 2014

Análise da situação dos municípios do Espírito Santo quanto à gestão municipal nas áreas de Recursos Humanos, Comunicação e Informática, Educação, Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

CADERNO DE
PESQUISA

MUNIC 2014

**Análise da situação dos municípios do
Espírito Santo quanto à gestão
municipal nas áreas de Recursos
Humanos, Comunicação e Informática,
Educação, Saúde, Direitos Humanos e
Segurança Pública**

Instituto Jones dos Santos Neves

MUNIC 2014. Análise da situação dos municípios do Espírito Santo quanto à gestão municipal nas áreas de recursos humanos, comunicação e informática, educação, saúde, direitos humanos e segurança pública. Vitória, ES, 2016.

75p.: il. Tab. (Caderno de pesquisa)

1.Municípios-ES. 2.Planejamento Municipal.3.Gestão Urbana. 4.Gestão Municipal. 5.Políticas Públicas. 6.Espírito Santo(Estado). I.Miranda, Cynthia Lopes Pessoa de. II.Título. III.Série.

MUNIC 2014
Caderno de Pesquisa

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETOR-PRESIDENTE
Andrezza Rosalém Vieira

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Ana Carolina Giuberti

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS
Pablo Lira

ELABORAÇÃO
Cynthia Lopes Pessoa de Miranda
Nathalia Nogarolli Bonadiman (mapas)
Mariana Venturini (estagiária)

REVISÃO
Ana Carolina Giuberti
Pablo Lira

EDITORAÇÃO
Assessoria de Relacionamento Institucional

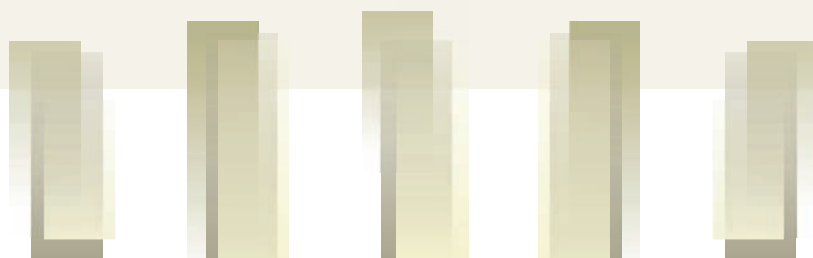
Diagramação
Projeto gráfico/capa
Lastênio João Scopel

Bibliotecária
Andrezza Ferreira Tovar



Apresentação

Este Caderno apresenta alguns resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais/2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, buscando trazer um panorama da gestão municipal no Espírito Santo nas áreas de Recursos Humanos, Comunicação e Informática, Educação, Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública. A pesquisa, também conhecida como Munic, realiza anualmente um levantamento sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, bem como das diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade (IBGE).





Sumário

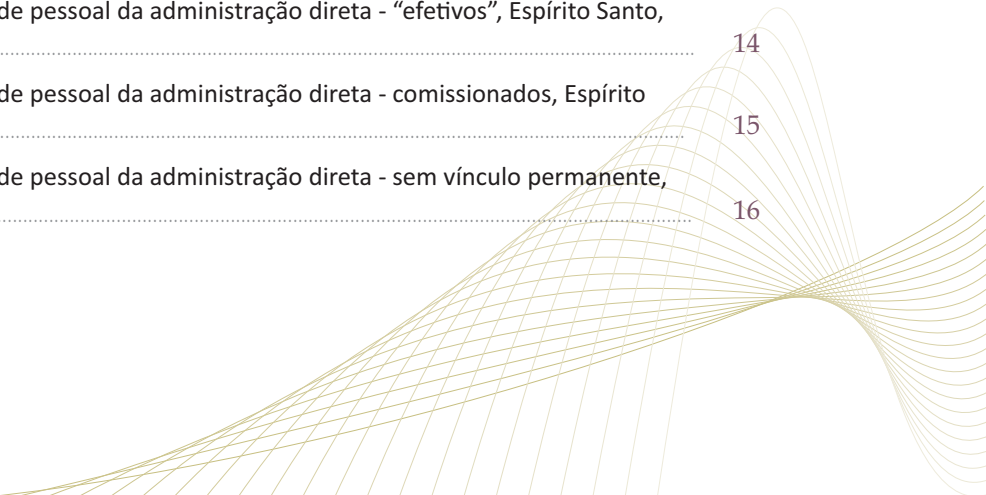
	Introdução	09
01	Recursos Humanos por Vínculo e Escolaridade	11
02	Comunicação e Informática	31
03	Educação	43
04	Saúde	49
05	Direitos Humanos	59
06	Segurança Pública	65
	Considerações Finais	75

Lista de Tabelas

Tabela 01- Composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo, Espírito Santo, 2014 (%)	12
Tabela 02 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)	18
Tabela 03 - Composição do quadro de estatutários da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)	26
Tabela 04 - Composição do quadro de comissionados da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)	28

Lista de Mapas

Mapa 01 - Composição do quadro de pessoal da administração direta - “efetivos”, Espírito Santo, 2014 (%)	14
Mapa 02 - Composição do quadro de pessoal da administração direta - comissionados, Espírito Santo, 2014 (%)	15
Mapa 03 - Composição do quadro de pessoal da administração direta - sem vínculo permanente, Espírito Santo, 2014 (%)	16



Mapa 04 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Sem instrução, Espírito Santo, 2014 (%)	20
Mapa 05 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Ensino fundamental, Espírito Santo, 2014 (%)	21
Mapa 06 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Ensino médio, Espírito Santo, 2014 (%)	22
Mapa 07 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Ensino superior, Espírito Santo, 2014 (%)	23
Mapa 08 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade – Pós-graduação, Espírito Santo, 2014 (%)	24
Mapa 09 - Acesso à informação pública e inclusão digital, Espírito Santo, 2014	41
Mapa 10 - Órgão Gestor, Conselhos e Plano Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014	47
Mapa 11 - Órgão Gestor, Conselho, Conferência, Fundo e Plano Municipal de Saúde, Estabelecimento de Saúde, Espírito Santo, 2014	57
Mapa 12 - Órgão Gestor, Conselhos e Fundos Municipais de Direitos Humanos, Política, Programa, Plano ou Ação, Espírito Santo, 2014	64
Mapa 13 - Órgão Gestor, Fundo, Conselhos e Plano de Segurança Pública, Guarda Municipal, Espírito Santo, 2014	73
Mapa 14 - Estrutura de Segurança Pública existente no município, Espírito Santo, 2014	74

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Formas de atendimento a distância disponibilizadas ao público pelo governo municipal, Espírito Santo, 2014	32
Gráfico 02 - Computadores ligados em rede, Espírito Santo, 2014	32
Gráfico 03 - Computadores com acesso à internet, Espírito Santo, 2014	33
Gráfico 04 - Existência de intranet, Espírito Santo, 2014	33
Gráfico 05 - Situação da página na internet do governo municipal, Espírito Santo, 2014	33
Gráfico 06 - Classificação da página, Espírito Santo, 2014	33
Gráfico 07 - Serviços disponibilizados na página, Espírito Santo, 2014	34
Gráfico 08 - Serviços disponibilizados na página, Espírito Santo, 2014 (continuação)	34
Gráfico 09 - Governo municipal desenvolve Política, Plano ou Programa de inclusão digital, Espírito Santo, 2014	35
Gráfico 10 - As ações de inclusão digital implementadas em parceria com:	35
Gráfico 11 - Ações de inclusão digital implementadas:	36
Gráfico 12 - Existência de legislação específica com procedimentos e providências para Lei de Acesso à Informação, Espírito Santo, 2014	37
Gráfico 13 - Legislação municipal que regulamenta a Lei de Acesso à Informação:	37

Gráfico 14 - Legislação municipal que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (continuação)	38
Gráfico 15 - Disponibiliza meios para solicitação de acesso à informação pública:	38
Gráfico 16 - Meios disponibilizados para solicitação de acesso à informação pública:	39
Gráfico 17 - Disponibiliza na página na internet, em tempo real, informações sobre a execução orçamentária e financeira:	39
Gráfico 18 - Possui na página na internet:	40
Gráfico 19 - Possui na página na internet (continuação)	40
Gráfico 20 - Caracterização do Órgão Gestor da Educação, Espírito Santo, 2014	44
Gráfico 21 - Existência de Plano Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014	44
Gráfico 22 - Existência de Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014	45
Gráfico 23 - Caráter do Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014	45
Gráfico 24 - Composição do Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014	46
Gráfico 25 - Composição do Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014 (continuação) ..	46
Gráfico 26 - Caracterização do Órgão Gestor da Saúde, Espírito Santo, 2014	50
Gráfico 27 - Caráter do Conselho Municipal de Saúde, Espírito Santo, 2014	50
Gráfico 28 - Existência de Conferência Municipal de Saúde, Espírito Santo, 2014	51
Gráfico 29 - Órgão Gestor da Saúde faz parte de algum Colegiado de Gestão Regional:	51
Gráfico 30 - Existência de estabelecimento de saúde de responsabilidade da gestão municipal, Espírito Santo, 2014	52
Gráfico 31 - Existência de estabelecimento de saúde administrado por terceiros, Espírito Santo, 2014	52
Gráfico 32 - Existência de Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Espírito Santo, 2014	53
Gráfico 33 - Existência de Programa Nacional de Suplementação de Ferro, Espírito Santo, 2014	53
Gráfico 34 - É preciso referenciar para outro município:	54
Gráfico 35 - A população dispõe de serviço de atendimento de emergência (Risco de Vida 24 horas): ..	54
Gráfico 36 - Caracterização do serviço de atendimento de emergência (Risco de Vida 24 horas)	55
Gráfico 37 - Existe no município, em estabelecimento público ou conveniado ao SUS:	56
Gráfico 38 - Unidades de Saúde existentes nos municípios, Espírito Santo, 2014	56
Gráfico 39 - Caracterização do Órgão Gestor dos Direitos Humanos, Espírito Santo, 2014	60
Gráfico 40 - Secretaria ou Setor está associada ou subordinada:	60
Gráfico 41 - Órgão Gestor possui orçamento próprio:	61
Gráfico 42 - Executa Programas e Ações para grupos específicos:	61
Gráfico 43 - Existência de Política, Programa, Plano ou Ação, Espírito Santo, 2014	62
Gráfico 44 - Existência de Conselhos Municipais, Espírito Santo, 2014	62
Gráfico 45 - Existência de Conselhos Municipais, Espírito Santo, 2014 (continuação)	63
Gráfico 46 - Existência de Fundos Municipais, Espírito Santo, 2014	63
Gráfico 47 - Caracterização do Órgão Gestor de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014	66

Gráfico 48 - Existência de Conselho de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014	67
Gráfico 49 - Caráter do Conselho de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014	67
Gráfico 50 - Existência de Conselho Comunitário de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014	68
Gráfico 51 - Existência de Conselho Municipal de Defesa Civil, Espírito Santo, 2014	68
Gráfico 52 - Caráter do Conselho Municipal de Defesa Civil, Espírito Santo, 2014	69
Gráfico 53 - Existência de Fundo de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014	69
Gráfico 54 - Existência de Plano de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014	70
Gráfico 55 - Estrutura de Segurança Pública existente nos municípios, Espírito Santo, 2014	71
Gráfico 56 - Estrutura de Segurança Pública existente nos municípios, Espírito Santo, 2014 (continuação)	71
Gráfico 57 - Existência de Guarda Municipal, Espírito Santo, 2014	72

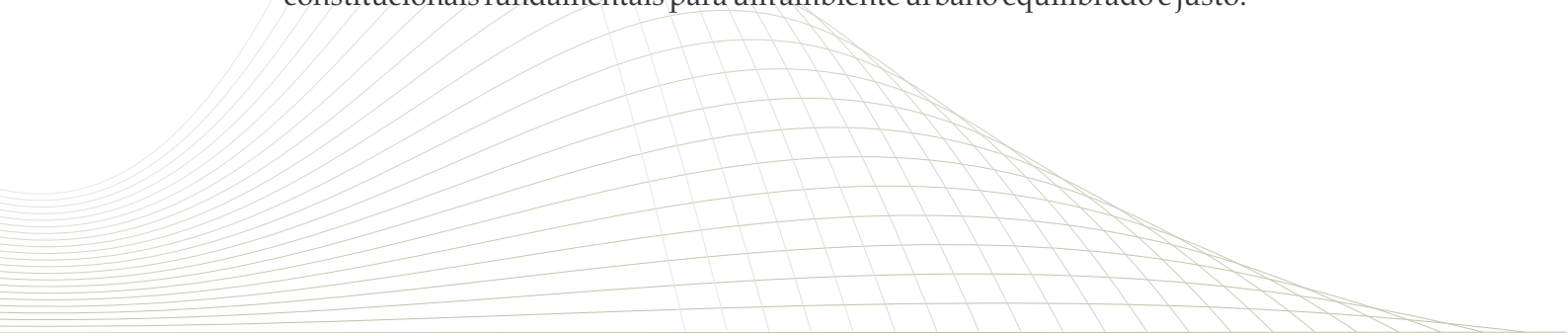


Introdução

Esta publicação tem como objetivo analisar, nos municípios do Espírito Santo, aspectos relacionados ao planejamento e gestão municipal das áreas de Recursos Humanos, Comunicação e Informática, Educação, Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública, tais como estrutura, legislação, planos e programas, dentre outros, a partir da sistematização das informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de 2014. A pesquisa, também conhecida como *Munic*, tem abrangência nacional e realiza, anualmente, um levantamento sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial das Prefeituras, bem como das diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade (IBGE).

A inserção de um capítulo específico de Política Urbana na Constituição de 1988 representou um marco na política urbana brasileira. Com a inclusão dos artigos 182 e 183, se reconheceu a importância de garantir o pleno desenvolvimento da função social da cidade e a responsabilidade municipal na condução da política de desenvolvimento urbano local. Apesar dos avanços e do crescente aparato regulatório, no Brasil há um nítido descolamento entre planejamento, gestão municipal e aplicabilidade dos instrumentos jurídicos-urbanísticos, resultando em padrões de desenvolvimento urbano em desacordo com os princípios constitucionais. No Espírito Santo, o panorama não é diferente do restante do país. Por outro lado, também é preciso considerar as diferentes capacidades dos governos municipais de implementar políticas públicas, dadas as desigualdades técnicas, financeiras e de gestão.

Considerando o contexto exposto acima, busca-se aqui sistematizar informações sobre a situação dos municípios do Espírito Santo quanto à gestão municipal em diversas áreas, de modo a fornecer subsídios que permitam traçar um panorama da dinâmica de institucionalização e execução de políticas públicas pelo Poder Público Municipal. Dessa forma, espera-se contribuir para a melhoria da gestão municipal capixaba, em consonância com os princípios constitucionais fundamentais para um ambiente urbano equilibrado e justo.





Recursos Humanos por Vínculo e Escolaridade

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa quanto à composição do quadro de pessoal da administração direta dos municípios do Espírito Santo, por vínculo e escolaridade. Não foi possível avaliar os resultados quanto ao quadro da administração indireta por falta de respostas para grande parte dos municípios.

A gestão de recursos humanos na administração pública tem sido um desafio para os municípios brasileiros. A escolaridade e o tipo de vínculo do quadro de pessoal são alguns dos parâmetros que podem ser considerados para medir a capacidade de gestão dos municípios, visto que estão diretamente relacionados com as competências técnicas, humanas e gerenciais necessárias para se alcançar eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.

Partindo do pressuposto de que quanto maior o número de efetivos mais positivo é para a administração pública, principalmente do ponto de vista da estabilidade e da continuidade da gestão municipal, são aqui destacados alguns resultados quanto à composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo. Utilizando o percentual de estatutários como referência, a tabela abaixo é apresentada da seguinte forma: em cor laranja os municípios cujo percentual de estatutários é inferior a 30% do quadro de pessoal da administração direta; em amarelo entre 30 e 60%; e em verde os que possuem acima de 60% de estatutários.

Foram identificados 32 municípios com percentual de estatutários superior a 60%, sendo o do município de Irupi o maior do estado (78,9%). Neste grupo, destaque para os municípios metropolitanos Vitória (68,6%), Serra (60,5%) e Guarapari (73,5%).

No grupo intermediário encontram-se 38 municípios, dentre os quais Vila Velha (46,2%), Viana (48,2%), Cariacica (44,6%) e Cachoeiro de Itapemirim (44,9%). No último grupo, composto de 8 municípios com percentual de estatutários inferior a 30%, destaque para os municípios de Apiacá e Muqui, que não possuem estatutários no seu quadro, concentrando grande parte dos servidores no regime CLT (63,9% e 90,6%, respectivamente). Fundão, município da RMGV, também compõe este grupo, apresentando apenas 27,1% de estatutários no seu quadro.

1



RECURSOS HUMANOS POR VÍNCULO E ESCOLARIDADE

Tabela 01

Composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Estatutários	CLT	Comissionados	Estagiários	Sem Vínculo Permanente
Afonso Cláudio	62,4	0,0	4,9	2,6	30,1
Água Doce do Norte	66,7	11,7	8,9	4,8	7,8
Água Branca	44,6	0,0	14,1	5,0	36,3
Alegre	74,7	2,6	7,9	0,0	14,8
Alfredo Chaves	54,8	0,3	12,1	3,0	29,9
Alto Rio Novo	0,0	77,6	6,0	5,2	11,2
Anchieta	37,9	0,0	14,0	2,5	45,5
Apiacá	0,0	63,9	18,4	0,0	17,6
Aracruz	47,7	0,0	5,7	1,6	44,9
Atilio Vivacqua	64,8	0,0	1,0	0,0	34,2
Baixo Guandu	51,1	6,3	21,6	1,0	20,0
Barra de São Francisco	50,8	9,0	7,6	0,0	32,6
Boa Esperança	71,0	0,5	13,7	0,0	14,8
Bom Jesus do Norte	61,4	6,3	24,5	0,2	7,6
Brejetuba	66,4	0,0	6,9	1,6	25,1
Cachoeiro de Itapemirim	44,9	4,0	4,1	0,9	46,1
Cariacica	44,6	3,3	8,9	3,7	39,5
Castelo	60,8	0,1	4,8	0,0	34,3
Colatina	23,3	44,4	7,0	7,1	18,2
Conceição da Barra	51,2	17,5	8,1	0,0	23,2
Conceição do Castelo	45,0	0,0	3,2	8,8	43,0
Divino de São Lourenço	56,0	0,0	9,9	0,0	34,1
Domingos Martins	47,6	4,2	7,1	0,0	41,2
Dores do Rio Preto	61,9	0,0	8,1	0,0	30,0
Ecoporanga	48,8	0,0	8,8	11,2	31,2
Fundão	27,1	1,0	47,8	0,0	24,1
Governador Lindenberg	71,3	0,0	7,9	4,7	16,2
Guaçuí	65,2	0,0	6,3	0,0	28,5
Guarapari	73,5	0,0	4,6	1,7	20,2
Ibatiba	72,0	0,0	8,2	0,9	18,9
Ibiraçu	35,5	0,0	13,6	3,2	47,7
Ibitirama	52,9	0,0	13,7	0,0	33,5
Iconha	53,9	0,0	12,4	0,0	33,6
Irupi	78,9	9,7	11,4	0,0	0,0
Itaguaçu	64,2	0,3	6,5	0,5	28,5
Itapemirim	36,9	3,7	12,0	8,0	39,5
Itarana	50,1	11,5	4,8	1,9	31,7
Iúna	74,6	0,7	7,3	0,0	17,4
Jaguaré	35,8	38,6	18,0	3,7	3,8
Jerônimo Monteiro	70,3	18,4	7,2	4,2	0,0
João Neiva	31,1	0,0	13,1	0,9	54,9
Laranja da Terra	48,5	5,7	26,5	0,0	19,3
Linhares	68,9	0,0	10,6	5,8	14,7
Mantenópolis	35,5	6,0	3,8	0,0	54,6
Marataízes	68,3	0,0	5,0	2,1	24,6
Marechal Floriano	47,5	0,0	11,4	0,0	41,1
Marilândia	11,3	0,0	14,2	4,0	70,6
Mimoso do Sul	67,5	0,0	9,9	0,5	22,0
Montanha	27,7	21,3	12,0	0,0	39,0
Mucurici	59,8	2,0	21,9	0,3	16,0
Muniz Freire	71,0	17,0	9,5	2,6	0,0
Muqui	0,0	90,6	6,8	2,5	0,0
Nova Venécia	44,2	0,1	7,5	0,0	48,2
Pancas	75,3	0,6	5,9	0,0	18,2
Pedro Canário	57,3	10,8	3,6	0,0	28,2

continua

conclusão

Composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Estatutários	CLT	Comissionados	Estagiários	Sem Vínculo Permanente
Pinheiros	2,9	79,1	6,3	0,0	11,6
Piúma	64,3	0,0	18,6	0,0	17,1
Ponto Belo	68,0	0,0	15,5	0,7	15,8
Presidente Kennedy	52,5	0,1	9,1	0,9	37,4
Rio Bananal	55,4	0,0	2,5	3,1	39,0
Rio Novo do Sul	63,7	0,0	3,6	0,7	32,0
Santa Leopoldina	77,5	0,0	12,0	0,0	10,5
Santa Maria de Jetibá	54,1	36,8	5,3	3,8	0,0
Santa Teresa	46,0	4,8	12,6	0,0	36,6
São Domingos do Norte	35,0	0,0	5,2	3,4	56,4
São Gabriel da Palha	52,7	11,1	7,5	7,2	21,5
São José do Calçado	62,9	0,0	7,0	0,0	30,1
São Mateus	58,0	6,5	7,9	2,3	25,3
São Roque do Canaã	42,9	0,0	19,0	2,1	36,0
Serra	60,5	6,2	5,7	7,6	19,9
Sooretama	64,8	0,0	8,8	0,9	25,5
Vargem Alta	77,1	7,8	7,6	7,5	0,0
Venda Nova do Imigrante	40,4	8,9	3,4	4,9	42,4
Viana	48,2	0,0	16,3	5,2	30,3
Vila Pavão	64,4	0,0	10,2	0,0	25,5
Vila Valério	59,9	5,5	8,7	0,3	25,7
Vila Velha	46,2	3,4	7,5	2,9	40,0
Vitória	68,6	3,3	4,4	10,0	13,7

Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Nos mapas a seguir é possível analisar comparativamente a situação dos municípios quanto ao quadro de pessoal da administração direta por tipo de vínculo¹, respectivamente “Efetivos” (neste caso considerando a soma estatutários + CLT), comissionados e sem vínculo permanente. Para cada um destes 3 tipos de vínculo, a lógica dos mapas é a mesma: quanto mais escura a cor dos municípios no mapa maior é a participação de determinado tipo de vínculo no seu quadro de pessoal.

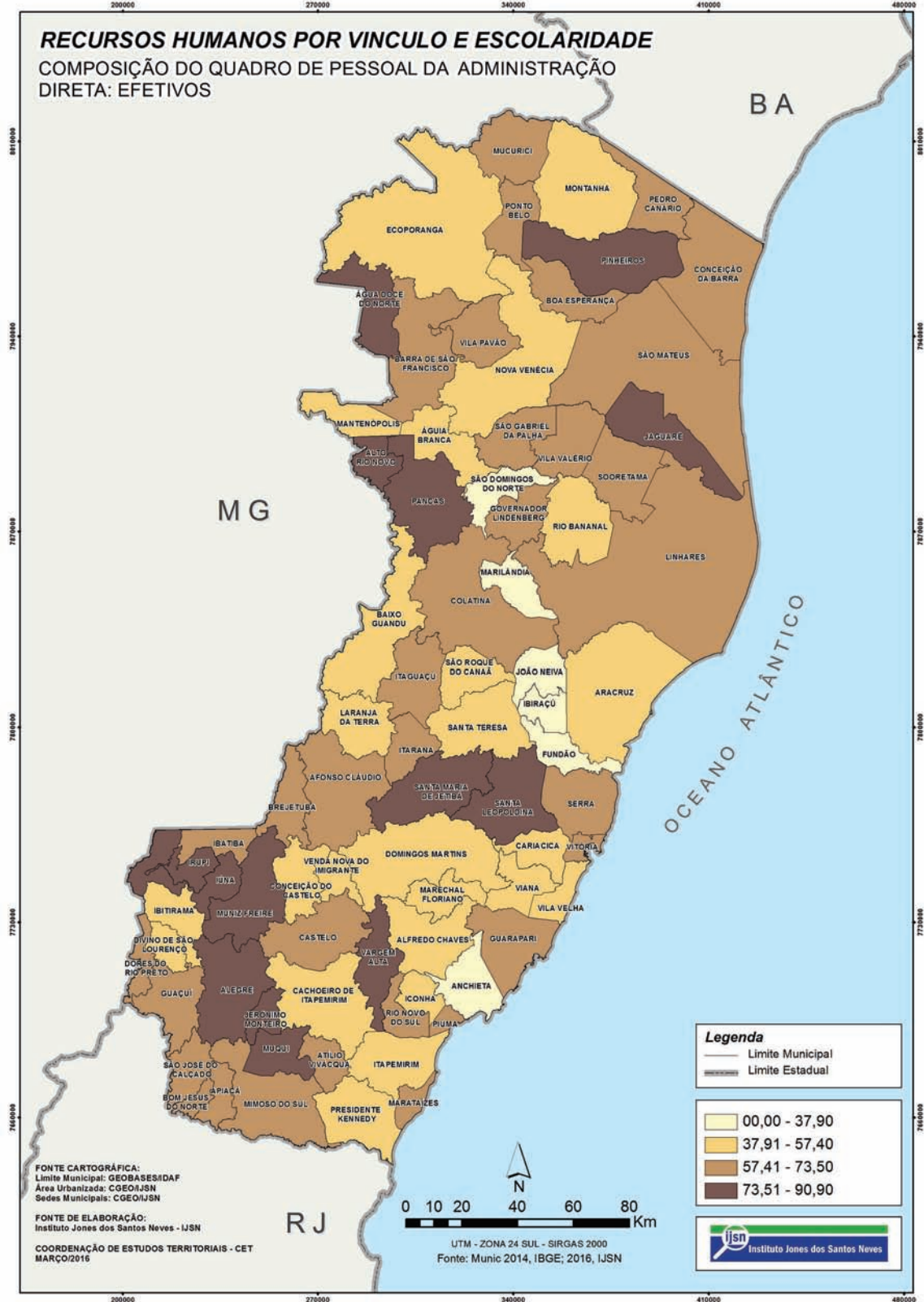
No mapa 1, observa-se que os municípios com a maior participação de “Efetivos” no seu quadro de pessoal estão concentrados no Norte e principalmente no Sul do estado; além de Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, na microrregião Central Serrana. Nenhum município da RMGV se insere neste grupo. No mapa 2, o município de Fundão destaca-se, isoladamente, por ter a maior participação de comissionados do estado.

Comparando os mapas relativos aos comissionados e aos sem vínculo permanente, observa-se que o segundo grupo, em geral, tem maior participação no quadro de pessoal da administração direta dos municípios capixabas que o primeiro (Mapas 2 e 3).

¹ Considerar estatutário o funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único – RJU que rege a contratação no serviço público; funcionário regido pela CLT o funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas; sem vínculo permanente o funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada; comissionado o funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.

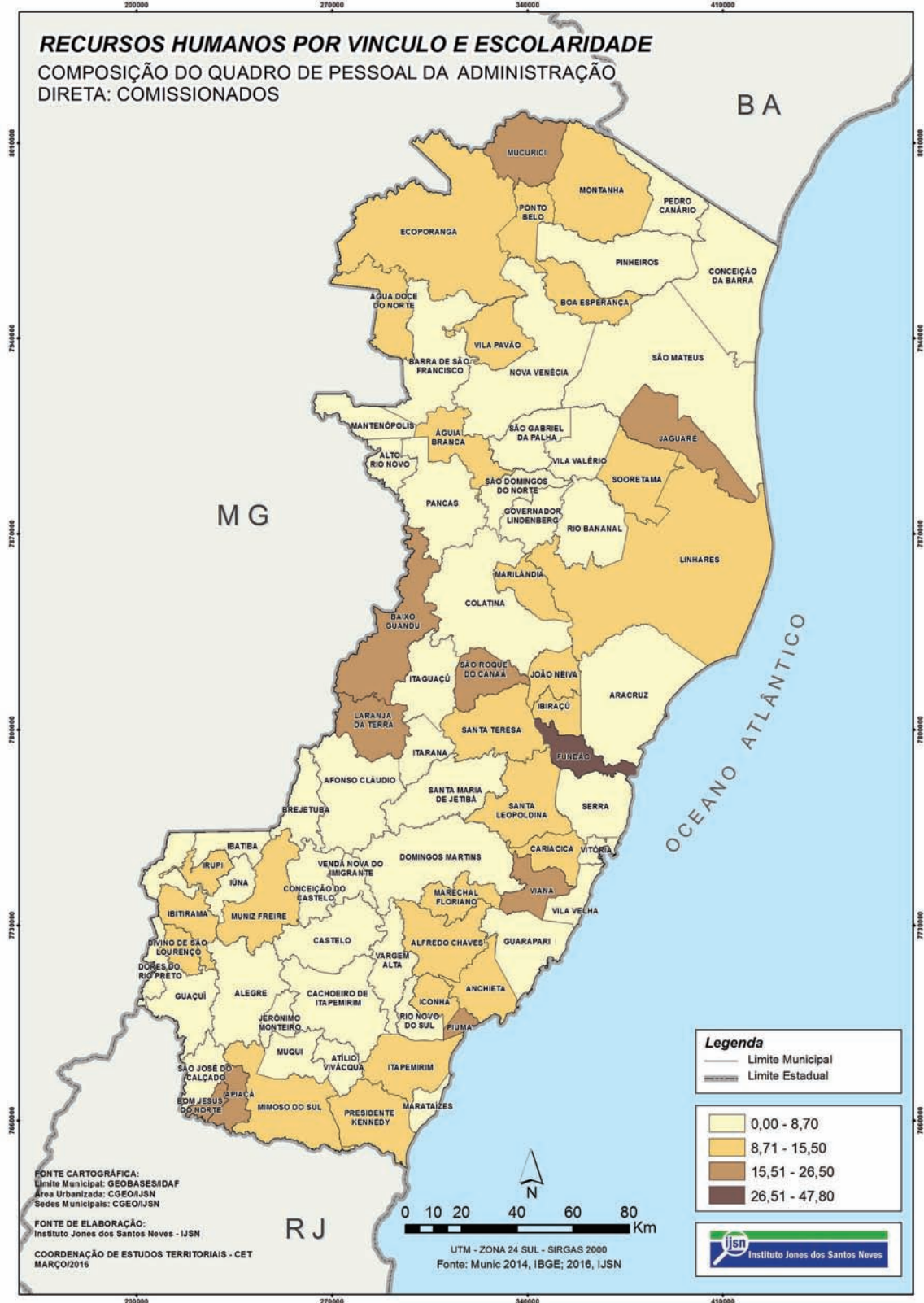
Mapa 01

Composição do quadro de pessoal da administração direta - "efetivos", Espírito Santo, 2014 (%)



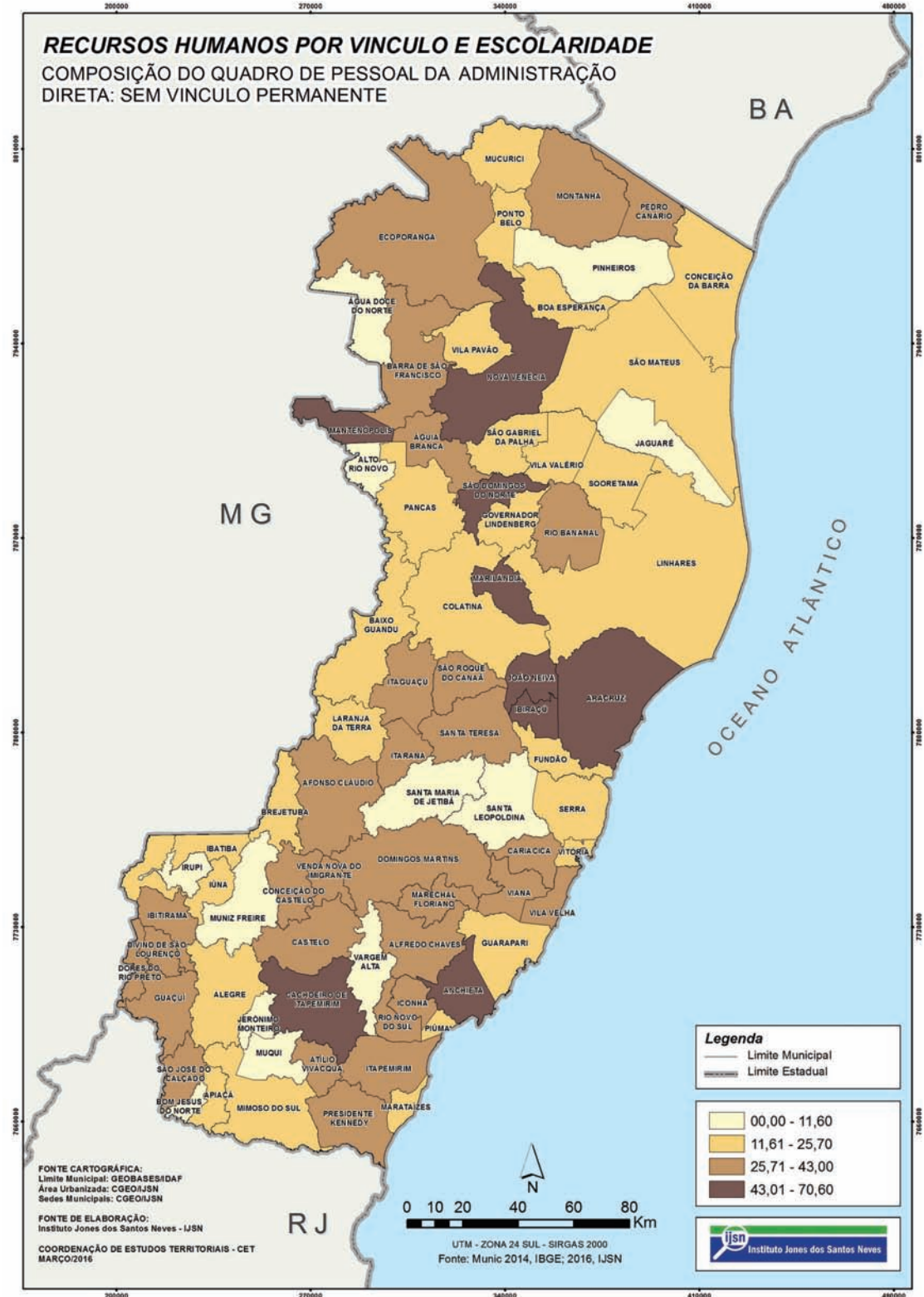
Mapa 02

Composição do quadro de pessoal da administração direta - comissionados, Espírito Santo, 2014 (%)





Mapa 03
 Composição do quadro de pessoal da administração direta - sem vínculo permanente,
 Espírito Santo, 2014 (%)



Quanto à escolaridade² do quadro de pessoal da administração direta, observa-se na tabela a seguir que a escolaridade Ensino médio prevalece sobre às demais em 54 municípios (em amarelo), incluindo a capital, Vitória, bem como outros 3 municípios da RMGV (Serra, Vila Velha e Guarapari). Contudo, em alguns casos, a participação do Ensino médio quase se equivale a de outros níveis de escolaridade, como por exemplo em Vila Velha, cujos percentuais para Ensino médio, Ensino superior e Pós-graduação são, respectivamente, 33,2; 30,0 e 32,5%.

Em relação aos demais níveis de escolaridade tem-se o seguinte quadro: em 9 municípios a escolaridade “Ensino superior” detém a maior participação no seu quadro de pessoal (em verde); em 6 municípios – “Ensino fundamental” (em laranja); e em 2 municípios – “Pós-graduação” (em azul). A categoria “Sem instrução” não prevalece em nenhum município do estado. Para 7 municípios, dentre os quais Cariacica e Viana, não há informação total ou parcial sobre a composição de seu quadro de pessoal por escolaridade (em branco).

² Considerar ensino fundamental (1º grau) completo o nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.; ensino médio (2º grau) completo o nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos; ensino superior completo o nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior; pós-graduação o nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu curso que compreende tanto lato sensu (especialização e aperfeiçoamento da graduação) quanto stricto sensu (mestrado, doutorado e pós-doutorado). Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.



Tabela 02

Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Afonso Cláudio	0,2	32,6	36,1	7,5	23,6
Água Doce do Norte	0,0	35,9	28,8	14,5	20,8
Águia Branca	0,0	28,3	32,5	22,1	17,1
Alegre	0,4	28,9	38,4	Não informado	Não informado
Alfredo Chaves	0,1	15,9	48,2	18,1	17,6
Alto Rio Novo	0,0	22,4	49,7	8,0	19,8
Anchieta	0,3	13,0	27,5	42,3	16,9
Apiacá	0,0	21,5	33,6	30,3	14,5
Aracruz	0,7	18,2	41,6	14,8	24,8
Atílio Vivacqua	0,0	10,5	55,8	33,7	0,0
Baixo Guandu	0,0	12,1	57,4	30,5	0,0
Barra de São Francisco	0,1	14,4	36,7	35,5	13,4
Boa Esperança	0,0	13,6	51,1	16,2	19,1
Bom Jesus do Norte	0,0	19,7	48,4	18,7	13,2
Brejetuba	0,0	4,4	57,5	21,5	16,7
Cachoeiro de Itapemirim	0,2	25,6	37,9	36,3	0,0
Cariacica	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Castelo	0,0	16,3	39,1	28,9	15,7
Colatina	0,0	2,0	57,6	40,3	0,1
Conceição da Barra	0,1	3,6	48,5	47,2	0,6
Conceição do Castelo	0,2	26,8	27,8	11,2	34,0
Divino de São Lourenço	0,0	28,5	38,7	27,8	5,0
Domingos Martins	0,0	32,8	38,4	27,8	1,0
Dores do Rio Preto	0,0	17,0	47,8	24,6	10,5
Ecoporanga	1,0	15,8	27,9	37,0	18,2
Fundão	0,0	36,4	21,3	13,3	29,0
Governador Lindenberg	0,0	17,4	46,8	35,8	0,0
Guaçuí	0,0	24,9	37,0	15,3	22,7
Guarapari	0,1	29,2	62,7	6,3	1,7
Ibatiba	0,0	24,1	39,8	11,9	24,3
Ibiraçu	0,0	30,3	31,8	33,5	4,4
Ibitirama	15,7	14,9	29,0	5,7	34,7
Iconha	0,0	31,6	31,9	17,9	18,6
Irupi	0,0	43,5	27,4	29,1	0,0
Itaguaçu	0,0	23,6	40,0	36,4	0,0
Itapemirim	0,1	19,4	42,1	38,3	0,1
Itarana	5,6	18,6	53,4	22,3	0,0
Iúna	1,5	41,9	9,8	11,3	35,5
Jaguapé	0,0	17,4	33,3	24,5	24,9
Jerônimo Monteiro	0,0	21,2	36,7	17,6	24,6
João Neiva	0,0	19,2	40,6	10,2	30,0
Laranja da Terra	0,6	34,6	38,4	11,8	14,7
Linhães	0,0	22,4	42,3	16,0	19,4
Mantenópolis	0,0	42,4	28,1	11,6	17,8
Marataízes	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Marechal Floriano	0,0	33,3	38,0	17,3	11,4
Marilândia	1,1	28,7	25,2	33,0	12,0
Mimoso do Sul	0,0	32,5	25,0	16,9	25,6
Montanha	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Mucurici	2,3	27,7	37,8	20,4	11,9
Muniz Freire	0,0	15,5	Não informado	Não informado	Não informado
Muqui	0,3	20,7	43,3	13,7	22,0
Nova Venécia	0,2	30,8	31,4	10,7	27,0
Pancas	0,0	31,7	50,4	12,1	5,8
Pedro Canário	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

continua

conclusão

Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Pinheiros	0,0	18,4	24,6	43,2	13,9
Piúma	3,5	28,1	28,3	40,1	0,0
Ponto Belo	0,0	20,6	46,7	23,8	8,9
Presidente Kennedy	0,0	29,7	30,4	39,9	0,0
Rio Bananal	0,0	31,2	32,2	12,3	24,3
Rio Novo do Sul	0,2	34,0	34,6	11,4	19,8
Santa Leopoldina	0,9	15,8	50,6	14,0	18,6
Santa Maria de Jetibá	0,8	26,5	36,2	28,5	8,0
Santa Teresa	0,1	17,2	45,6	16,7	20,4
São Domingos do Norte	0,0	30,6	34,2	14,6	20,6
São Gabriel da Palha	0,0	24,3	43,3	32,4	0,0
São José do Calçado	0,2	27,4	42,7	29,8	0,0
São Mateus	0,0	14,0	37,1	38,3	10,6
São Roque do Canaã	0,4	23,6	39,7	23,6	12,8
Serra	0,0	4,6	33,5	29,8	32,1
Sooretama	0,0	28,4	14,6	46,9	10,0
Vargem Alta	0,0	27,2	38,6	15,1	19,1
Venda Nova do Imigrante	0,0	23,4	37,4	19,5	19,7
Viana	0,0	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Vila Pavão	0,2	18,9	22,4	33,9	24,7
Vila Valério	0,9	25,9	33,5	22,3	17,4
Vila Velha	0,0	4,3	33,2	30,0	32,5
Vitória	0,2	8,7	38,3	21,2	31,6

Fonte: Munic 2014, IBGE.

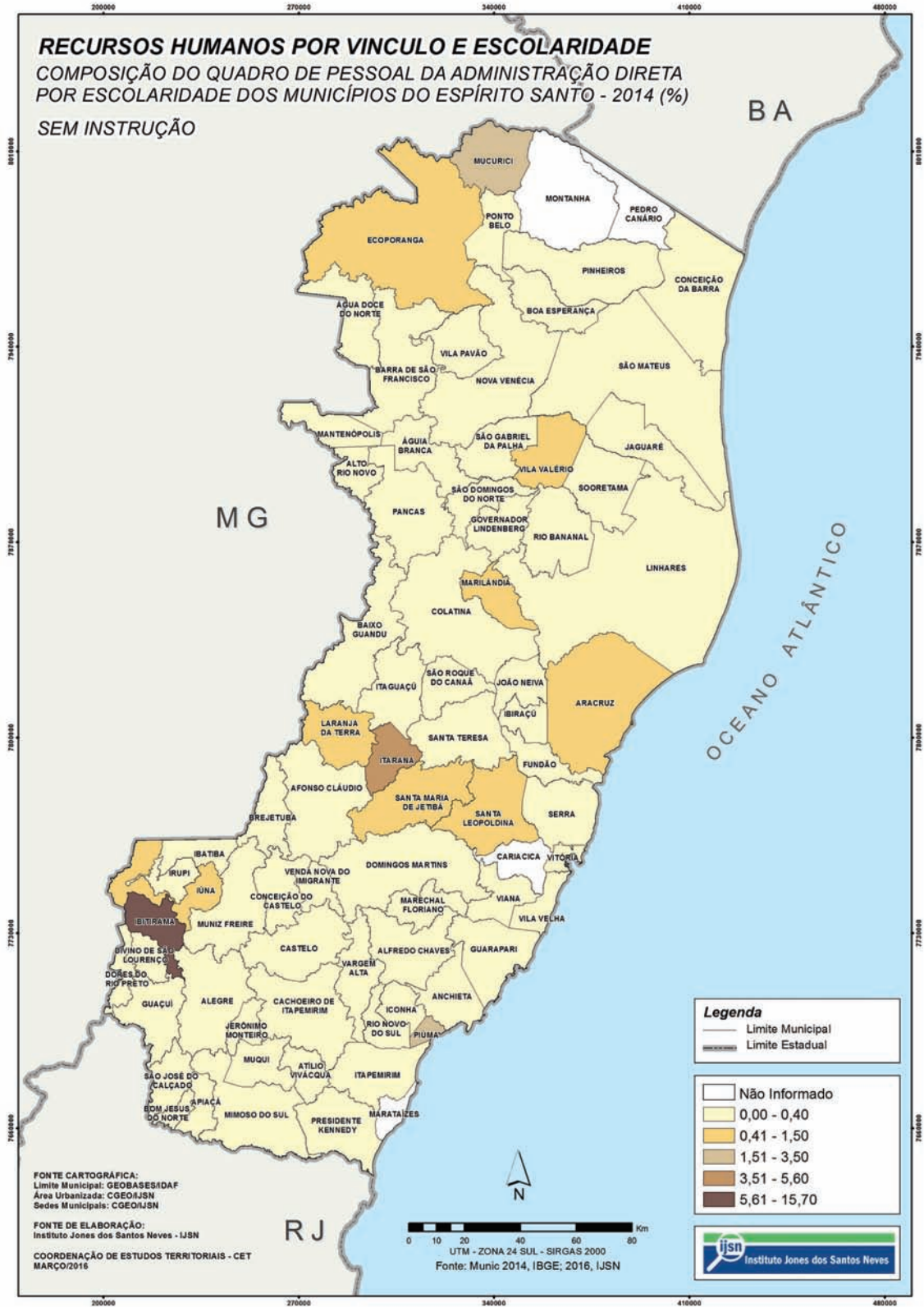
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Os cinco mapas a seguir também explicitam os resultados por escolaridade, mas seguindo a mesma lógica de cor dos mapas anteriores (quanto mais escura a cor dos municípios, maior a participação de determinado nível de escolaridade no conjunto), respectivamente para Sem instrução; Ensino fundamental; Ensino médio; Ensino superior; e Pós-graduação.

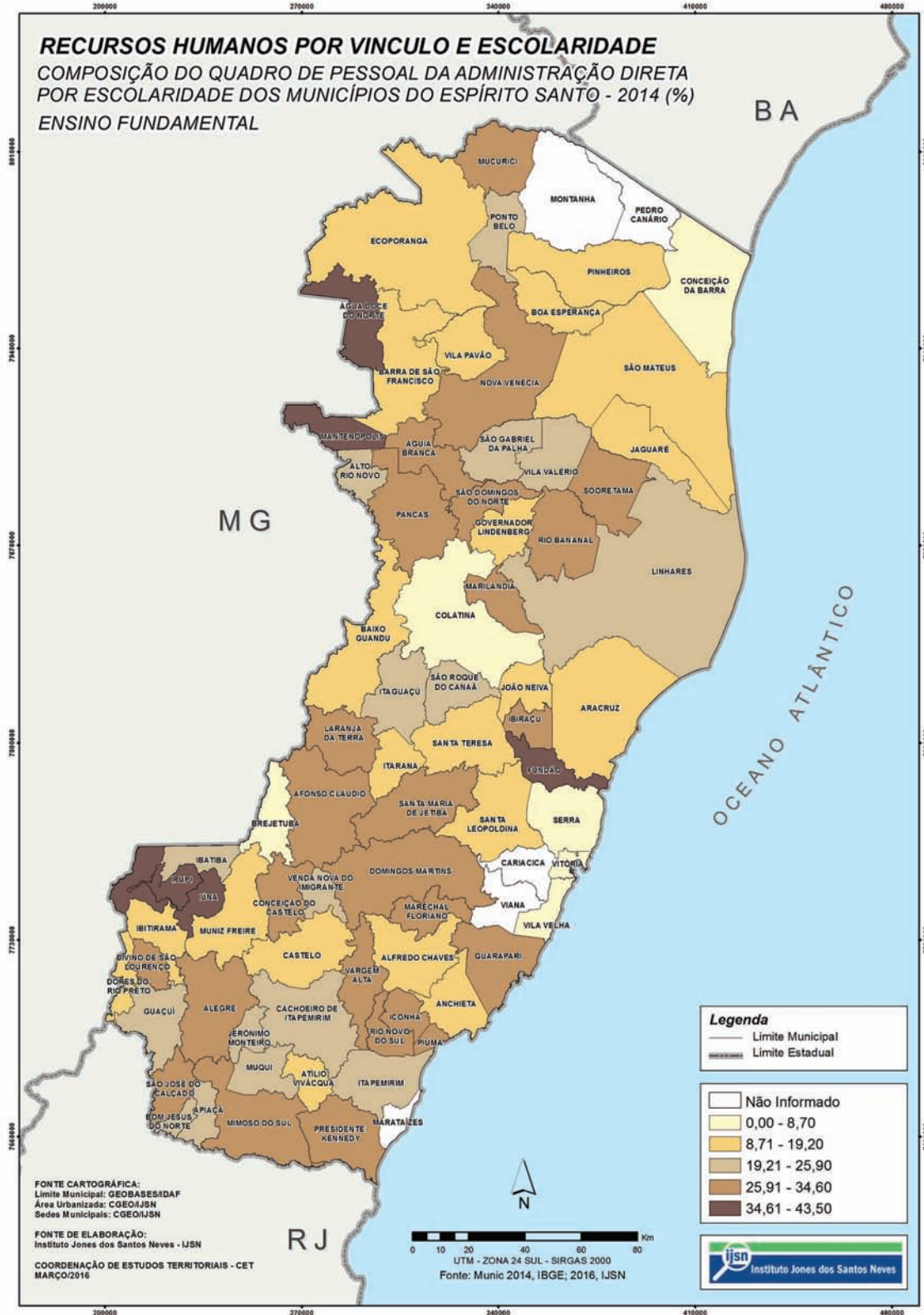


Mapa 04

Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Sem instrução, Espírito Santo, 2014 (%)

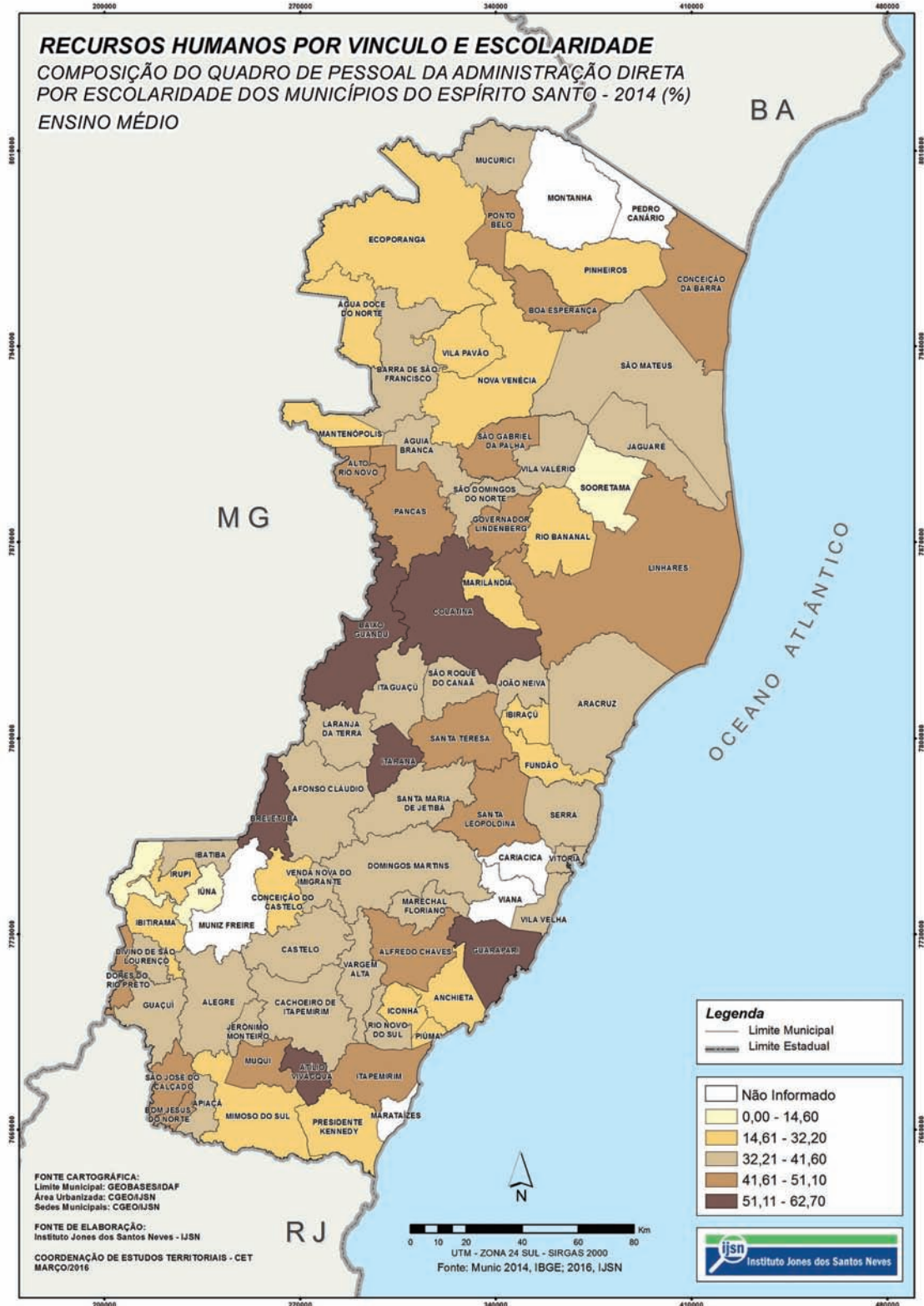


Mapa 05
 Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Ensino fundamental, Espírito Santo, 2014 (%)

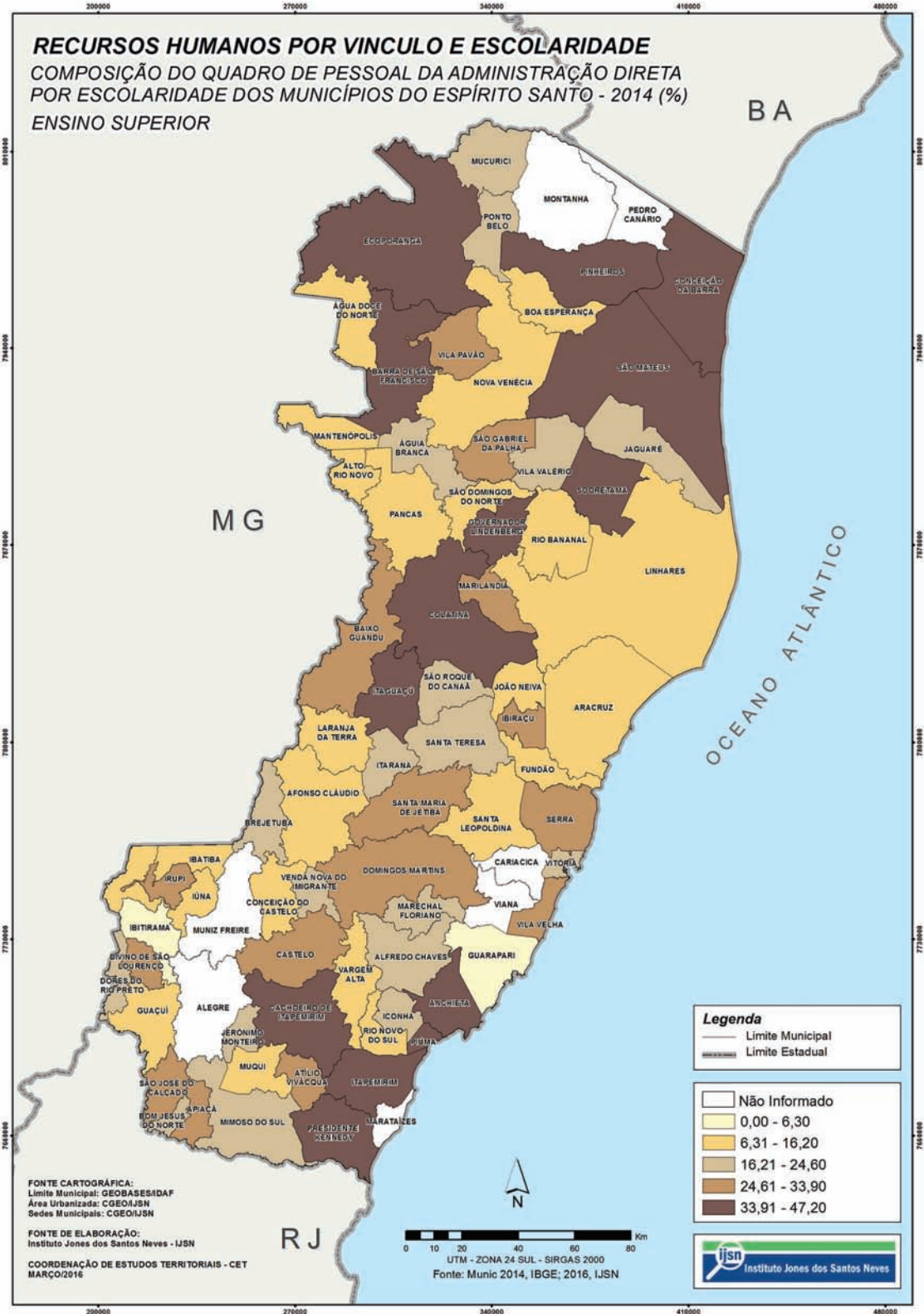


Mapa 06

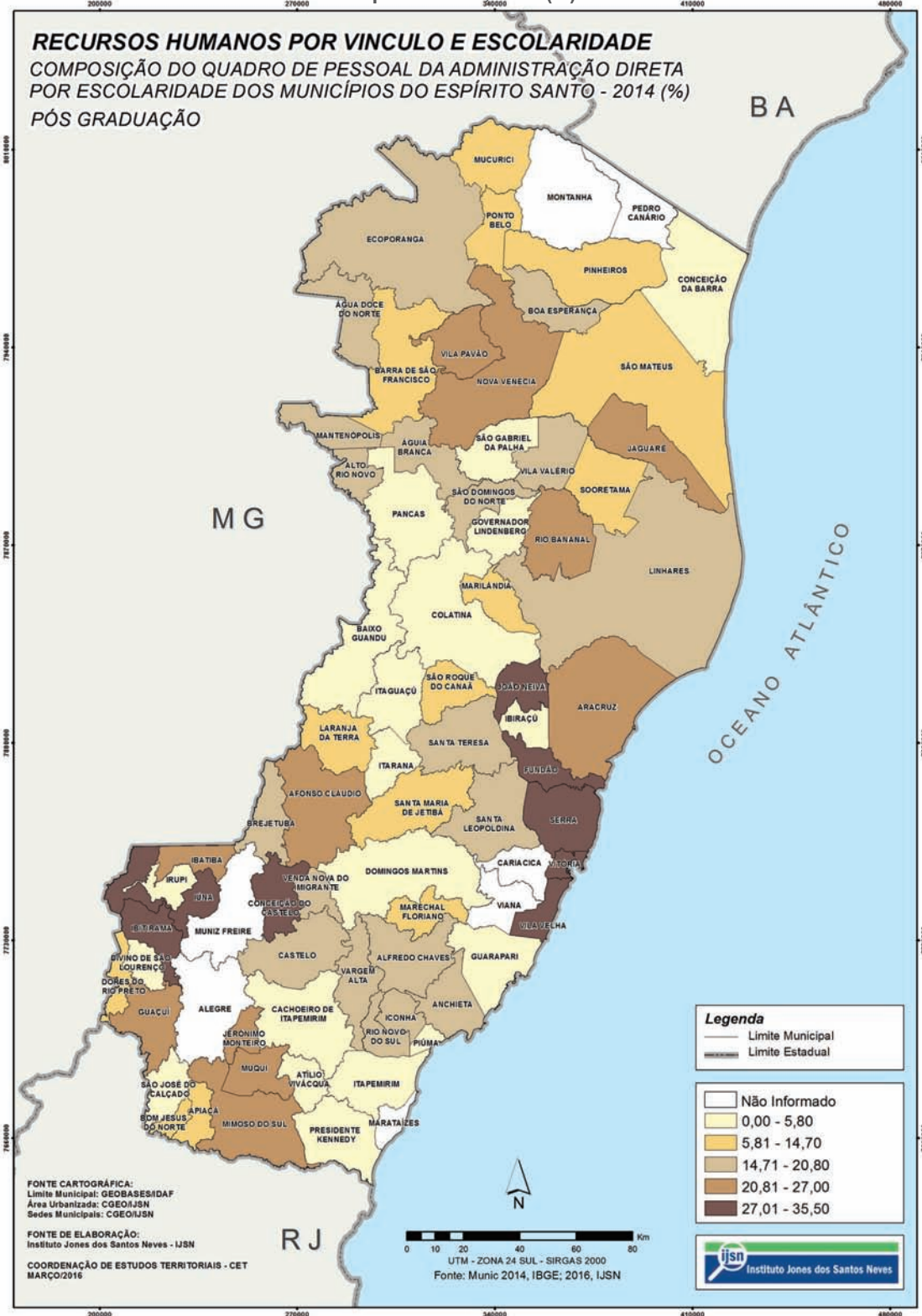
Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Ensino médio, Espírito Santo, 2014 (%)



Mapa 07
 Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade - Ensino superior, Espírito Santo, 2014 (%)



Mapa 08
 Composição do quadro de pessoal da administração direta por escolaridade – Pós-graduação,
 Espírito Santo, 2014 (%)



As tabelas a seguir mostram, respectivamente, a composição do quadro de estatutários e de comissionados por escolaridade, visando analisar comparativamente se um dos grupos apresenta, em geral, melhor instrução. Para ambas foi utilizada a mesma lógica de análise da tabela anterior: em cor laranja foram destacados os municípios cuja maior participação em relação ao total é formada por servidores com Ensino fundamental; em amarelo – Ensino médio; em verde – Ensino superior; em azul – Pós-graduação; em cinza – Sem instrução.

Na tabela referente aos estatutários, são 24 os municípios cuja maior participação é formada por servidores com Ensino fundamental; 28 com Ensino médio; 10 com Ensino superior; e 6 com Pós-graduação. Em nenhum município capixaba a categoria Sem instrução detém a maior participação no conjunto. O município de Cachoeiro de Itapemirim apresenta percentuais iguais para Ensino médio e Ensino superior: 37,0% (em cor lilás na tabela). Quanto ao restante dos municípios, não possuem informação parcial ou total sobre a composição por escolaridade do quadro de estatutários (em branco).

Tabela 03

Composição do quadro de estatutários da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Afonso Cláudio	0,4	36,7	31,4	8,0	23,5
Água Doce do Norte	0,0	44,0	21,5	11,7	22,8
Água Branca	0,0	35,3	20,7	28,6	15,4
Alegre	0,5	34,9	34,4	Não informado	Não informado
Alfredo Chaves	0,2	23,0	40,7	16,6	19,5
Alto Rio Novo	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Anchieta	0,7	30,8	15,7	31,7	21,1
Apiacá	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Aracruz	1,4	25,5	26,0	14,4	32,7
Atílio Vivacqua	0,0	11,3	63,3	25,4	0,0
Baixo Guandu	0,0	16,6	41,5	41,9	0,0
Barra de São Francisco	0,0	10,4	26,0	38,0	25,6
Boa Esperança	0,0	14,6	49,6	14,1	21,7
Bom Jesus do Norte	0,0	16,3	48,1	14,0	21,5
Brejetuba	0,0	1,6	61,4	17,0	20,0
Cachoeiro de Itapemirim	0,0	26,0	37,0	37,0	0,0
Cariacica	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Castelo	0,0	19,2	40,8	29,8	10,2
Colatina	0,0	3,4	22,4	74,3	0,0
Conceição da Barra	0,0	3,2	55,1	40,4	1,3
Conceição do Castelo	0,4	42,6	26,4	8,7	21,9
Divino de São Lourenço	0,0	35,5	41,4	22,5	0,6
Domingos Martins	0,0	35,0	31,9	31,2	1,8
Dores do Rio Preto	0,0	18,3	50,2	16,2	15,3
Ecoporanga	1,7	24,5	20,0	31,0	22,7
Fundão	0,0	35,0	16,3	6,3	42,5
Governador Lindenberg	0,0	22,2	43,5	34,4	0,0
Guaçuí	0,0	28,0	38,5	10,4	23,1
Guarapari	0,0	11,3	80,0	6,8	1,9
Ibatiba	0,0	32,3	35,1	10,7	21,9
Ibiraçu	0,0	46,7	14,6	34,0	4,7
Ibitirama	18,1	14,3	25,5	3,9	38,2
Iconha	0,0	36,4	27,1	15,7	20,7
Irupi	0,0	49,6	20,9	29,5	0,0
Itaguaçu	0,0	29,8	43,6	26,6	0,0
Itapemirim	0,2	22,7	39,9	37,1	0,1
Itarana	3,3	29,2	50,4	17,1	0,0
Iúna	0,0	55,6	9,2	7,2	28,0
Jaguaré	0,0	24,6	19,8	29,1	26,6
Jerônimo Monteiro	0,0	25,6	33,5	9,9	31,0
João Neiva	0,0	25,7	11,9	9,4	53,0
Laranja da Terra	0,4	44,3	32,6	6,8	15,9
Linhares	0,0	24,6	38,0	13,5	23,8
Mantenópolis	0,0	47,3	14,9	6,6	31,1
Marataízes	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Marechal Floriano	0,0	41,0	37,6	15,5	5,9
Marilândia	3,7	49,4	13,3	32,5	1,2
Mimoso do Sul	0,0	32,2	26,9	11,5	29,4
Montanha	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Mucurici	0,5	27,7	39,7	16,5	15,7
Muniz Freire	0,0	21,8	40,4	13,9	23,9
Muqui	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Nova Venécia	0,1	42,2	32,3	1,8	23,6
Pancas	0,0	42,0	45,1	7,2	5,7
Pedro Canário	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

continua

conclusão

Composição do quadro de estatutários da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Pinheiros	0,0	0,0	5,9	88,2	5,9
Piúma	3,8	32,8	26,5	36,9	0,0
Ponto Belo	0,0	21,7	52,7	18,3	7,3
Presidente Kennedy	0,0	49,6	29,6	20,7	0,0
Rio Bananal	0,0	32,4	31,4	13,1	23,1
Rio Novo do Sul	0,3	39,0	30,5	11,4	18,8
Santa Leopoldina	0,0	14,0	54,6	11,9	19,5
Santa Maria de Jetibá	0,1	29,7	39,0	24,2	7,0
Santa Teresa	0,0	27,3	38,7	11,6	22,4
São Domingos do Norte	0,0	34,3	29,1	6,3	30,3
São Gabriel da Palha	0,0	32,7	37,0	30,3	0,0
São José do Calçado	0,0	35,9	43,3	20,9	0,0
São Mateus	0,0	18,4	34,6	29,0	18,0
São Roque do Canaã	0,9	28,1	30,4	18,8	21,9
Serra	0,0	2,8	28,7	40,9	27,6
Sooretama	0,0	40,4	10,7	33,4	15,5
Vargem Alta	0,0	25,9	33,4	16,0	24,8
Venda Nova do Imigrante	0,0	30,7	27,9	15,3	26,1
Viana	0,0	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Vila Pavão	0,2	27,0	27,7	7,8	37,3
Vila Valério	1,2	31,2	27,4	17,4	22,8
Vila Velha	0,0	4,0	21,6	39,7	34,6
Vitória	0,2	6,3	33,9	23,4	36,1

Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Considerando apenas os comissionados são 3 os municípios cuja maior participação é formada por servidores com Ensino fundamental; 52 com Ensino médio; 16 com Ensino superior; e 1 Sem instrução (Ibitirama: 29,9%). Jerônimo Monteiro apresenta percentuais iguais para Ensino médio e Pós-graduação: 27,8% (em cor lilás). Nenhum município conta com maior participação de servidores com Pós-graduação. Neste sentido, cabe ainda destacar que 38 municípios não dispõem de quaisquer servidores com Pós-graduação no seu quadro de comissionados.

Atílio Vivacqua e Colatina possuem 100% do seu quadro de comissionados formados, respectivamente, por servidores com Ensino médio e com Ensino superior. O município de Fundão novamente se destaca de forma negativa por apresentar 53,5% dos comissionados apenas com Ensino fundamental. Ibitirama, já citado, e Lúna (21,1%) são os únicos municípios do estado que possuem percentuais expressivos de comissionados sem instrução, tendo em vista que no restante do estado este valor é zero ou próximo de zero.



Tabela 04

Composição do quadro de comissionados da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Afonso Cláudio	0,0	13,6	63,6	15,2	7,6
Água Doce do Norte	0,0	43,8	41,7	6,3	8,3
Águia Branca	0,0	22,6	52,4	25,0	0,0
Alegre	0,0	11,4	55,7	33,0	0,0
Alfredo Chaves	0,0	0,0	64,6	35,4	0,0
Alto Rio Novo	0,0	18,8	53,1	28,1	0,0
Anchieta	0,2	3,0	27,3	69,5	0,0
Apiacá	0,0	16,7	35,6	25,6	22,2
Aracruz	0,0	6,8	38,2	40,3	14,7
Atilio Vivacqua	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Baixo Guandu	0,0	8,8	74,9	16,4	0,0
Barra de São Francisco	0,0	20,7	59,5	14,9	5,0
Boa Esperança	0,0	4,5	74,2	11,2	10,1
Bom Jesus do Norte	0,0	28,8	55,4	15,8	0,0
Brejetuba	0,0	13,2	31,6	42,1	13,2
Cachoeiro de Itapemirim	0,0	15,2	50,2	34,7	0,0
Cariacica	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Castelo	0,0	11,4	63,6	25,0	0,0
Colatina	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Conceição da Barra	0,0	0,7	40,6	58,7	0,0
Conceição do Castelo	0,0	0,0	52,6	26,3	21,1
Divino de São Lourenço	0,0	0,0	43,3	56,7	0,0
Domingos Martins	0,0	31,8	39,3	28,0	0,9
Dores do Rio Preto	0,0	3,3	46,7	50,0	0,0
Ecoporanga	0,0	5,3	50,0	43,6	1,1
Fundão	0,0	53,5	24,1	21,2	1,2
Governador Lindenberg	0,0	20,5	43,6	35,9	0,0
Guaçuí	0,0	14,5	52,6	26,3	6,6
Guarapari	0,0	9,8	58,7	25,0	6,5
Ibatiba	0,0	9,8	79,3	11,0	0,0
Ibiraçu	0,0	9,9	46,9	43,2	0,0
Ibitirama	29,9	23,9	28,4	10,5	7,5
Iconha	0,0	13,9	63,3	20,3	2,5
Irupi	0,0	29,9	35,8	34,3	0,0
Itaguaçu	0,0	9,5	42,9	47,6	0,0
Itapemirim	0,0	25,9	47,6	26,5	0,0
Itarana	0,0	30,4	69,6	0,0	0,0
Íluna	21,1	5,3	39,5	34,2	0,0
Jaguaré	0,0	10,8	73,3	13,0	2,9
Jerônimo Monteiro	0,0	22,2	27,8	22,2	27,8
João Neiva	0,0	8,2	68,2	23,5	0,0
Laranja da Terra	1,4	49,3	41,0	6,3	2,1
Linhares	0,0	17,2	61,7	18,9	2,2
Mantenópolis	0,0	11,5	53,9	34,6	0,0
Marataizes	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Marechal Floriano	0,0	33,6	42,7	21,8	1,8
Marilândia	0,0	19,2	56,7	23,1	1,0
Mimoso do Sul	0,0	21,1	41,1	32,6	5,3
Montanha	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Mucurí	0,0	20,5	31,4	48,1	0,0
Muniz Freire	0,0	0,0	26,1	73,9	0,0
Muqui	0,0	11,6	48,8	39,5	0,0
Nova Venécia	0,0	9,9	44,1	42,8	3,3
Pancas	0,0	0,0	31,3	58,3	10,4
Pedro Canário	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

continua

conclusão

Composição do quadro de comissionados da administração direta por escolaridade, Espírito Santo, 2014 (%)					
Municípios	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Pinheiros	0,0	5,5	30,1	53,4	11,0
Piúma	0,0	36,9	39,4	23,7	0,0
Ponto Belo	0,0	36,8	49,4	13,8	0,0
Presidente Kennedy	0,0	11,7	38,3	50,0	0,0
Rio Bananal	0,0	22,7	40,9	36,4	0,0
Rio Novo do Sul	0,0	5,3	52,6	26,3	15,8
Santa Leopoldina	6,2	27,7	43,1	23,1	0,0
Santa Maria de Jetibá	0,0	6,0	38,1	48,8	7,1
Santa Teresa	0,7	14,8	54,4	29,5	0,7
São Domingos do Norte	0,0	11,5	65,4	23,1	0,0
São Gabriel da Palha	0,0	12,2	64,6	23,2	0,0
São José do Calçado	0,0	18,2	47,7	34,1	0,0
São Mateus	0,0	14,3	53,7	31,7	0,3
São Roque do Canaã	0,0	23,2	44,4	30,3	2,0
Serra	0,0	4,0	51,2	39,3	5,5
Sooretama	0,0	9,5	41,9	48,6	0,0
Vargem Alta	0,0	7,3	58,2	34,5	0,0
Venda Nova do Imigrante	0,0	9,1	36,4	51,5	3,0
Viana	0,0	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Vila Pavão	0,0	14,5	44,9	33,3	7,2
Vila Valério	0,0	10,0	68,3	21,7	0,0
Vila Velha	0,0	7,2	47,6	37,7	7,5
Vitória	0,0	7,3	43,3	36,7	12,7

Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Em geral, percebe-se que o quadro de comissionados dos municípios do Espírito Santo tem melhor instrução que o de estatutários. Com relação ao quadro de estatutários, para grande parte dos municípios a maior participação refere-se a servidores com Ensino fundamental e Ensino médio, de forma equilibrada (24 e 29 municípios, respectivamente). Já em relação ao quadro de comissionados, refere-se a servidores com Ensino médio e Ensino superior (51 e 16, respectivamente). Além disso, o número de municípios cuja maior participação é de servidores com Ensino fundamental cai de 24 para 4, respectivamente de estatutários para comissionados. Por outro lado, para o nível Pós-graduação o quadro de estatutários se sai melhor, visto que 6 municípios apresentaram maior participação desse grupo no total, o que não ocorreu em nenhum município considerando o quadro de comissionados.





Comunicação e Informática

Nesta seção serão abordadas questões relativas à comunicação e informática nos governos municipais capixabas, tais como as formas de atendimento a distância disponibilizadas ao público pelo governo municipal; canais de comunicação com o governo municipal disponibilizados para a população; inclusão digital; acesso a informações públicas.

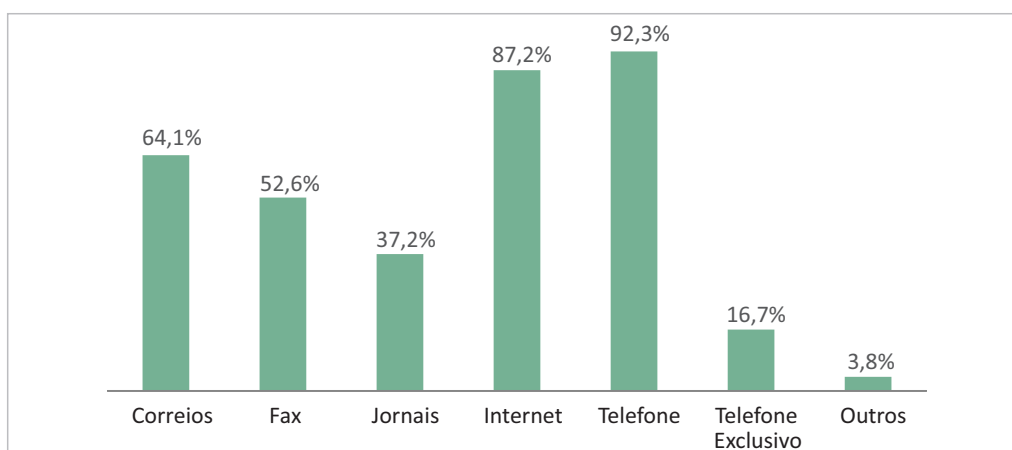
É importante ressaltar que este último item se relaciona diretamente com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional do cidadão de obter informações públicas dos órgãos e entidades da Administração Pública. Com a lei, a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção, o que ainda não tem se viabilizado de forma satisfatória em grande parte dos governos municipais do Espírito Santo.

2



As formas de atendimento a distância disponibilizadas ao público pelo governo municipal que foram objeto da pesquisa foram: correios, fax, jornais, internet, telefone, telefone exclusivo, outros. Como já esperado, as formas de atendimento mais disponibilizadas pelos governos municipais são telefone (92,3%) e internet (87,2%) (Gráfico 1). Poucos são os municípios (16,7%) que disponibilizam um telefone exclusivo para atendimento ao público.

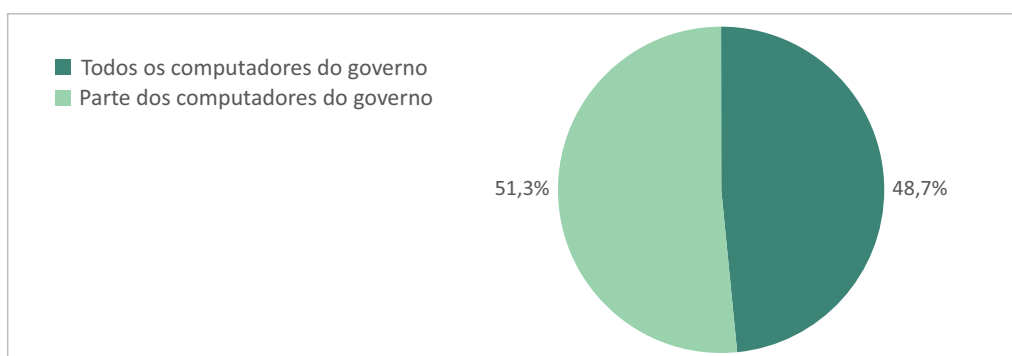
Gráfico 01
Formas de atendimento a distância disponibilizadas ao público pelo governo municipal, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

A pesquisa revela que todos os governos municipais do Espírito Santo dispunham de computadores em funcionamento quando da realização da pesquisa. No entanto, apenas 48,7% com todos os computadores ligados em rede (Gráfico 2). A grande maioria (84,6%) dispõe de computadores com acesso à internet (Gráfico 3). Por outro lado, pouco menos da metade (48,7%) dispõe do recurso da intranet para melhorar a integração de sistemas próprios e a comunicação interna dos servidores (Gráfico 4).

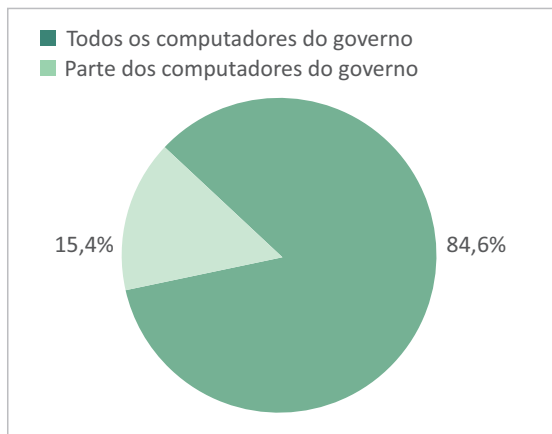
Gráfico 02
Computadores ligados em rede, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 03

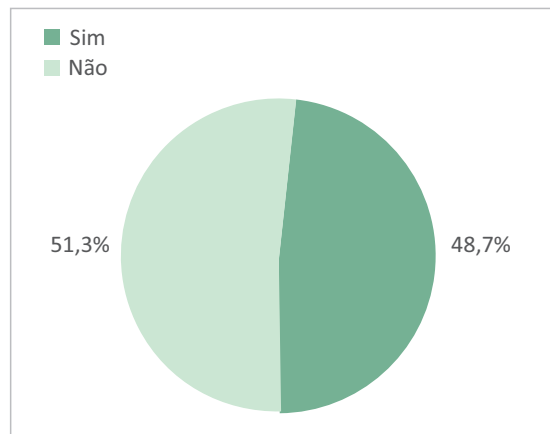
Computadores com acesso à internet, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 04

Existência de Intranet, Espírito Santo, 2014

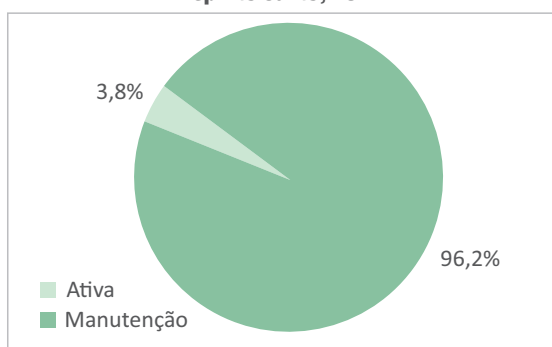


Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Quanto à informatização dos governos municipais visando a difusão de informações, a comunicação e a interação com a sociedade, verificou-se que todos dispõem de páginas na internet, sendo que em apenas 3,8% dos casos elas estavam em manutenção quando da realização da pesquisa (Gráfico 5). Com relação à classificação³ da página, em 3,8% dos casos é do tipo informativa; em 38,5% interativa; e em 57,7% transacional (Gráfico 6). Em geral, este tipo de página ainda é raridade nos municípios brasileiros. Neste sentido, pode ser considerado positivo o resultado encontrado para esse formato de página entre os municípios capixabas. No entanto, há de se avaliar o aspecto qualitativo dos serviços disponibilizados nas páginas.

Gráfico 05

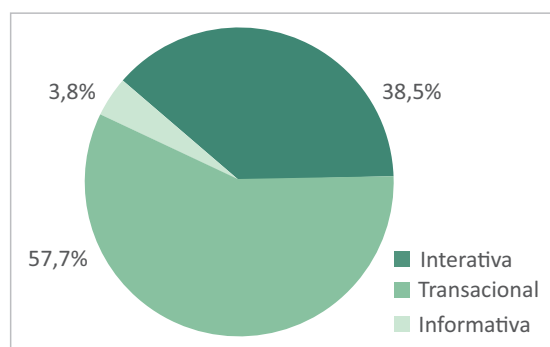
Situação da página na internet do governo municipal, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 06

Classificação da página, Espírito Santo, 2014



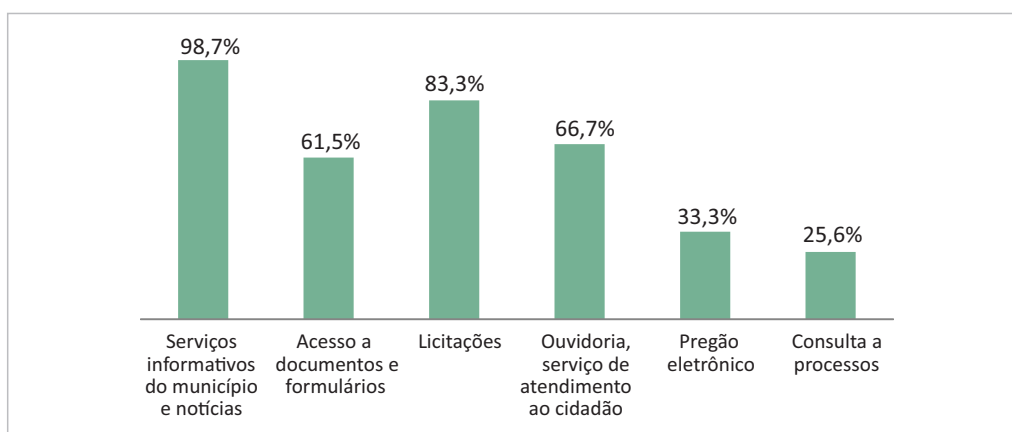
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

³ Página informativa é a página que não permite nenhum tipo de interação com o usuário, funcionando unicamente como fonte de informação; página interativa é a página que também permite o recebimento de informações e dados por parte dos cidadãos, empresas ou outros órgãos; página transacional é a página que também permite a troca de valores que podem ser quantificáveis, como pagamento de contas e impostos, matrículas na rede pública etc. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.



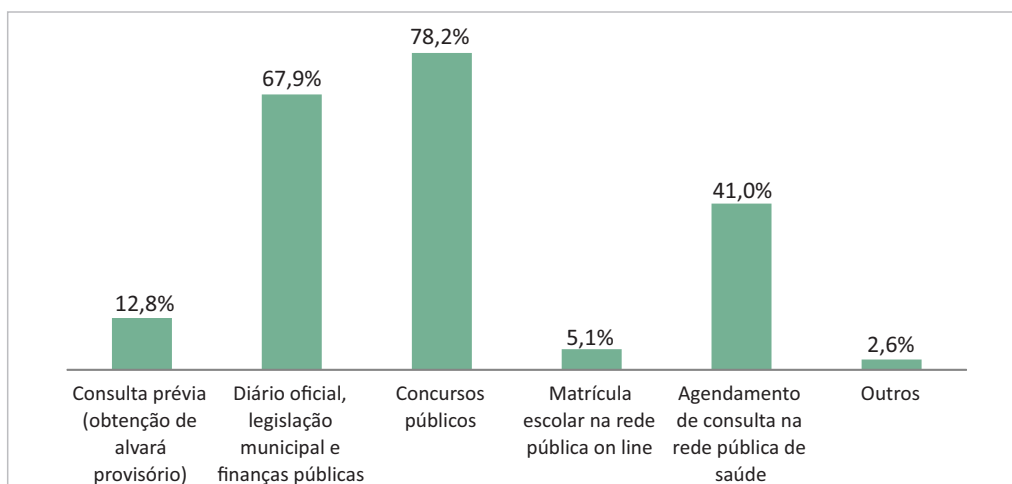
Os serviços mais disponibilizados nas páginas municipais do estado são, em ordem decrescente: Serviços informativos do município e notícias (98,7%); Licitações (83,3%); Concursos públicos (78,2%); Diário oficial, legislação municipal e finanças públicas (67,9%); Ouvidoria, serviço de atendimento ao cidadão (66,7%); Acesso a documentos e formulários (61,5%) (Gráficos 7 e 8). Quanto aos demais, merece destaque a Matrícula escolar na rede pública online, disponível em apenas 5,1% das páginas, percentual baixíssimo tendo em vista os problemas decorrentes do procedimento usualmente adotado pelas prefeituras de atendimento presencial por ordem de chegada, a partir da distribuição de senhas, que submete os pais a filas intermináveis sem que se tenha a garantia da vaga para seus filhos.

Gráfico 07
Serviços disponibilizados no site, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

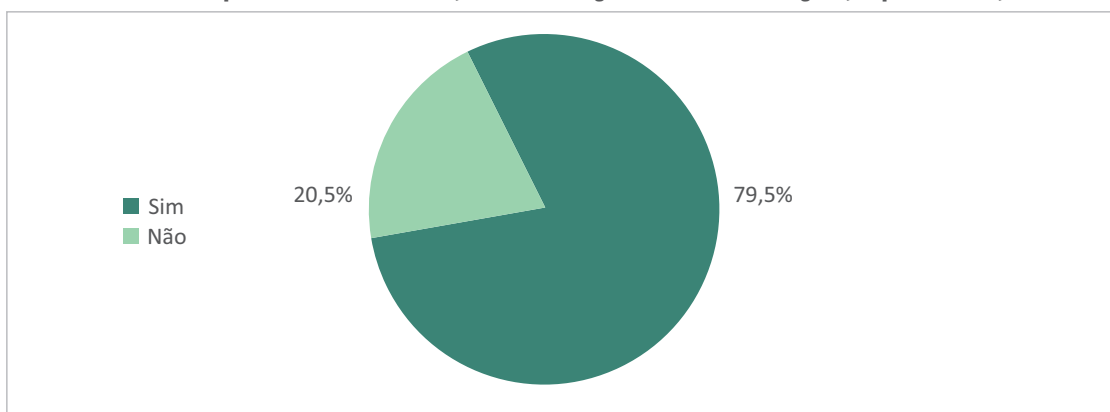
Gráfico 08
Serviços disponibilizados no site Espírito Santo, 2014 (continuação)



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

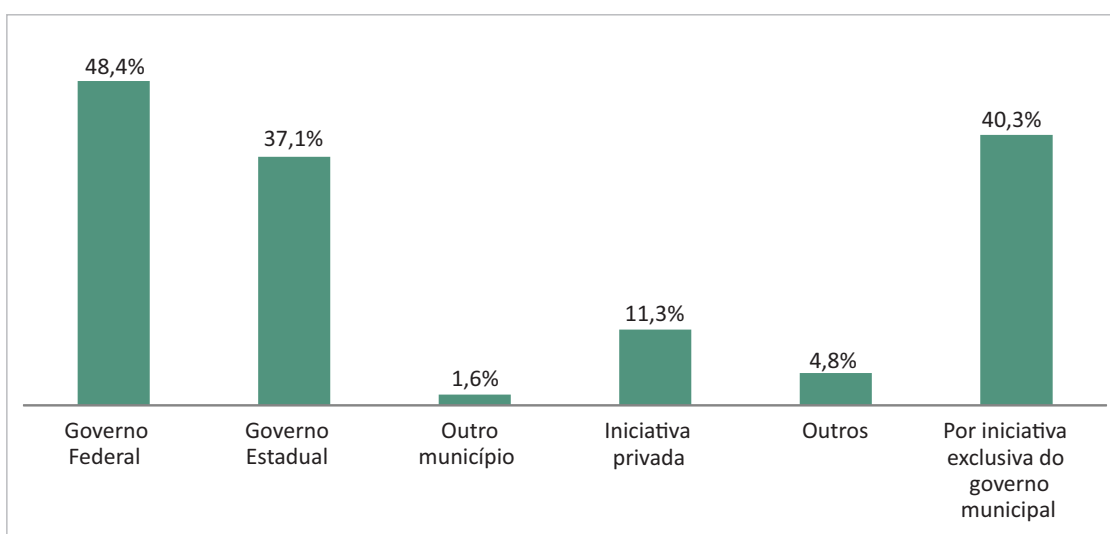
Sobre inclusão digital, a Munic aponta que 79,5% dos municípios desenvolvem Políticas, Planos ou Programas com esse objetivo (Gráfico 9). As ações são implementadas principalmente em parceria com o governo federal (48,4%), mas em 40,3% dos casos as ações acontecem por iniciativa exclusiva do governo municipal (Gráfico 10). As ações mais implementadas são: Instalação de computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet para alunos e professores (71,0%); Disponibilização do acesso público e gratuito à internet através de centros de acesso (46,8%); Criação de Telecentros (40,3%) (Gráfico 11).

Gráfico 09
Governo municipal desenvolve Política, Plano ou Programa de inclusão digital, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

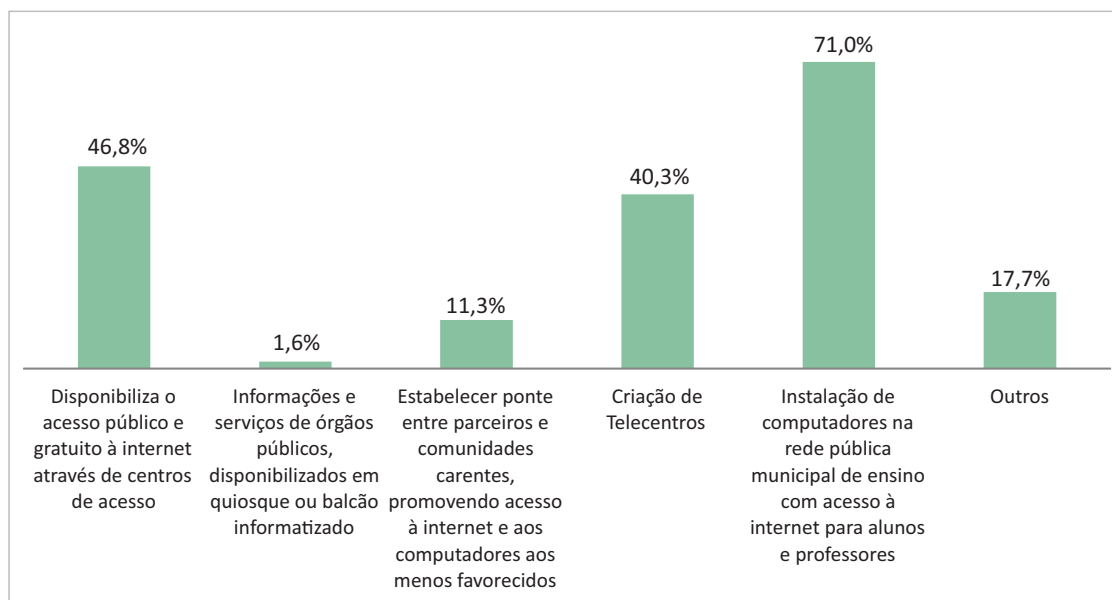
Gráfico 10
As ações de inclusão digital implementadas em parceria com:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.



Gráfico 11
Ações de inclusão digital implementadas:

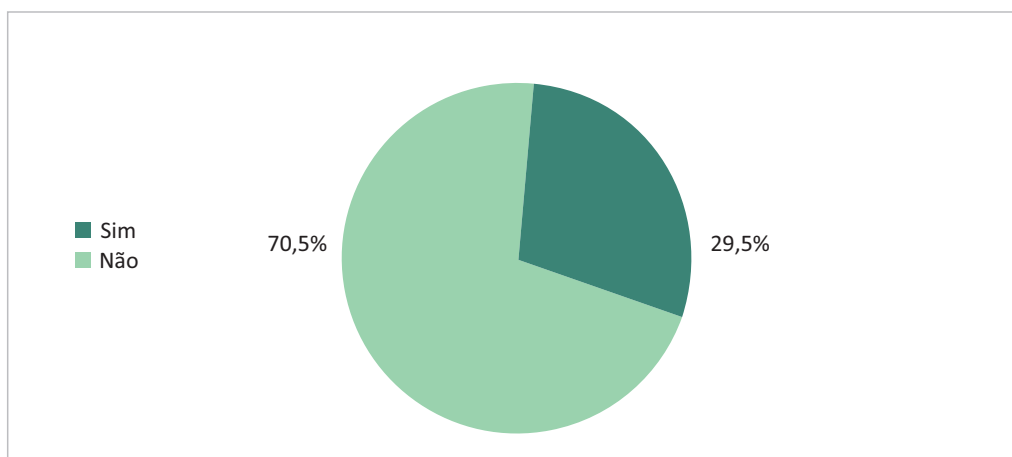


Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Ainda em relação à inclusão digital, a pesquisa quis saber se o governo municipal garante acesso através de conexão via Wi-Fi. Dos 20 municípios em que se obteve resposta, 1 indicou ser cobrado (Atilio Vivacqua) e 19 indicaram ser gratuito o acesso por conexão via Wi-Fi, a saber: Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Apiacá, Baixo Guandu, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Divino de São Lourenço, Itaguaçu, Iúna, Linhares, Nova Venécia, Pancas, Presidente Kennedy, Santa Maria de Jetibá, São José do Calçado, Venda Nova do Imigrante, Vila Valério e Vitória. Em 13 municípios a conexão Wi-Fi atende apenas alguns bairros da parte urbana; em 5 atende parte de áreas urbana e rural; e em 2 toda a área urbana (Baixo Guandu e Vila Valério).

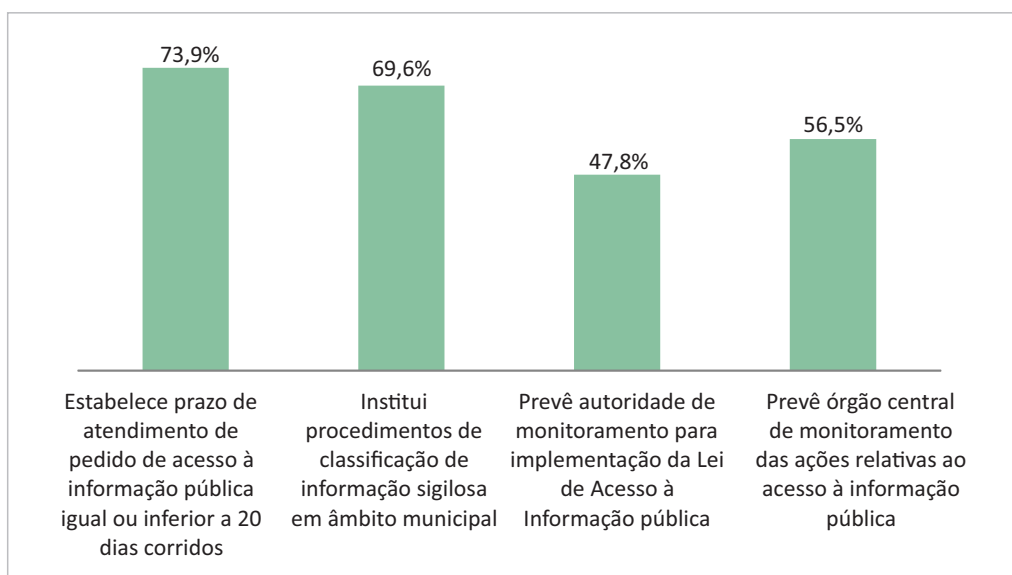
Dentro do tema Comunicação e Informática, a Munic ainda aborda o Acesso à Informação Pública. Sobre a existência de legislação específica com procedimentos e providências para Lei de Acesso à Informação, apenas 29,5% dos municípios capixabas responderam positivamente (Gráfico 12). A maior parte das legislações municipais que regulamentam a Lei, estabelecem prazo de atendimento de pedido de acesso à informação pública igual ou inferior a 20 dias corridos (73,9%). Em 69,6% dos casos instituem procedimentos de classificação de informação sigilosa em âmbito municipal; e em 65,2% estabelecem procedimento em caso de omissão de resposta a pedidos de informação pública (Gráficos 13 e 14).

Gráfico 12
Existência de legislação específica com procedimentos e providências para Lei de Acesso à Informação, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

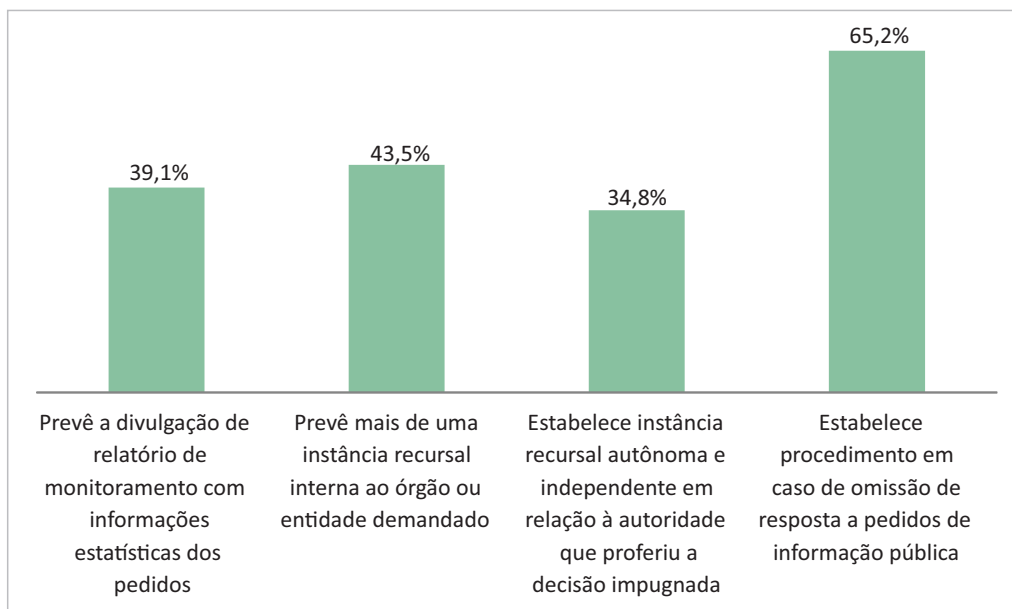
Gráfico 13
Legislação municipal que regulamenta a Lei de Acesso à Informação:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 14

Legislação municipal que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (continuação):

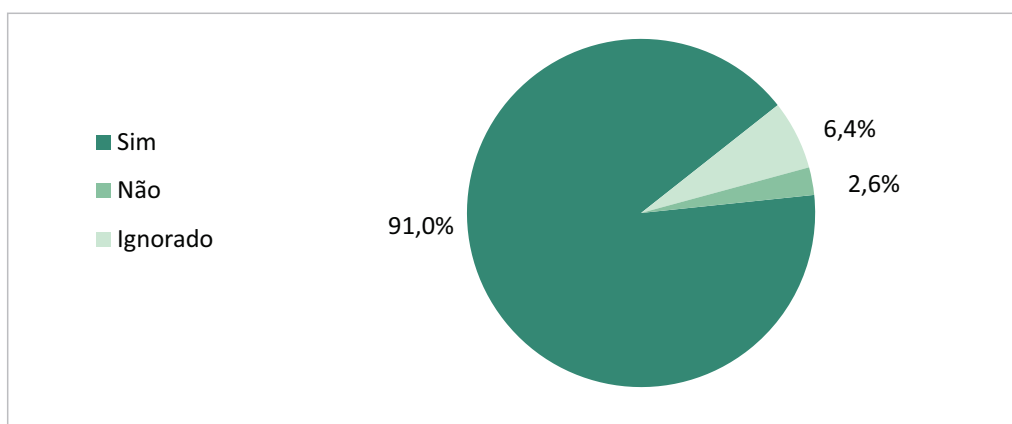


Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

A pesquisa mostra que a ampla maioria dos municípios do Espírito Santo disponibiliza meios para solicitação de acesso à informação pública (Gráfico 15), sendo o meio mais utilizado a internet (88,7%) (Gráfico 16). Com 60,6% dos casos, o telefone também ainda é bastante utilizado.

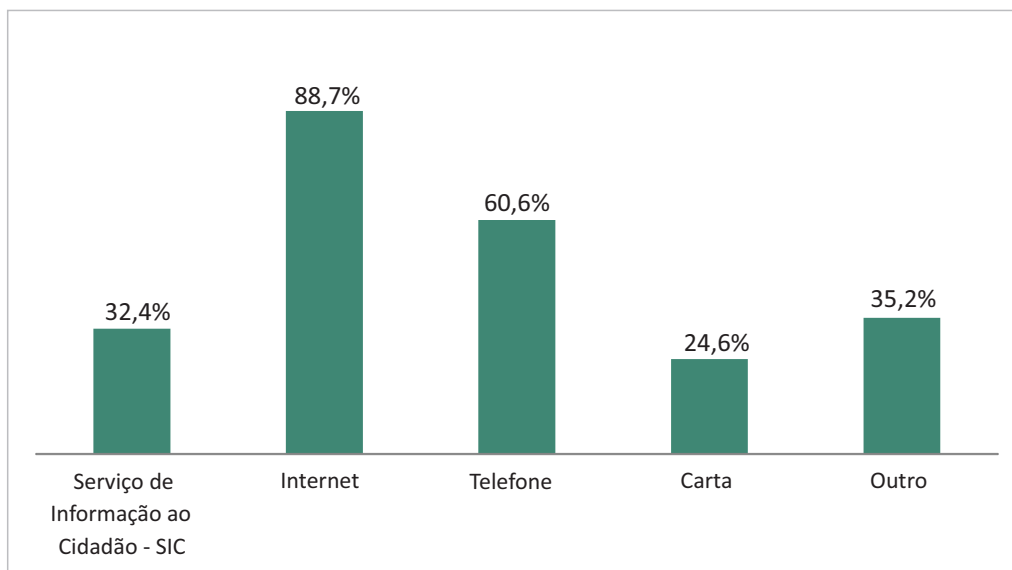
Gráfico 15

Disponibiliza meios para solicitação de acesso à informação pública:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

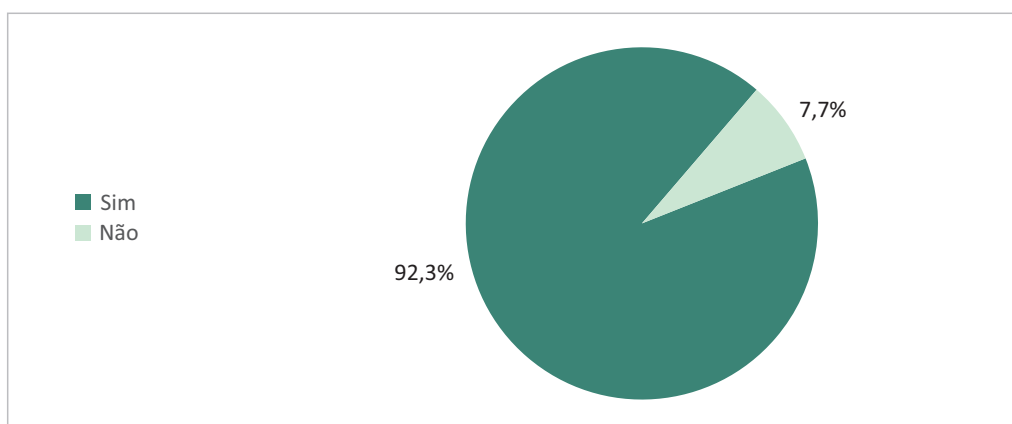
Gráfico 16
Meios disponibilizados para solicitação de acesso à informação pública:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Como pode ser observado na tabela a seguir, a ampla maioria dos municípios capixabas também disponibiliza na sua página na internet, em tempo real, informações sobre a execução orçamentária e financeira (Gráfico 17). As informações mais encontradas nas páginas dizem respeito a endereços e telefones das unidades organizacionais (88,5%) e procedimentos licitatórios (70,5%) (Gráficos 18 e 19).

Gráfico 17
Disponibiliza na página na internet, em tempo real, informações sobre a execução orçamentária e financeira:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

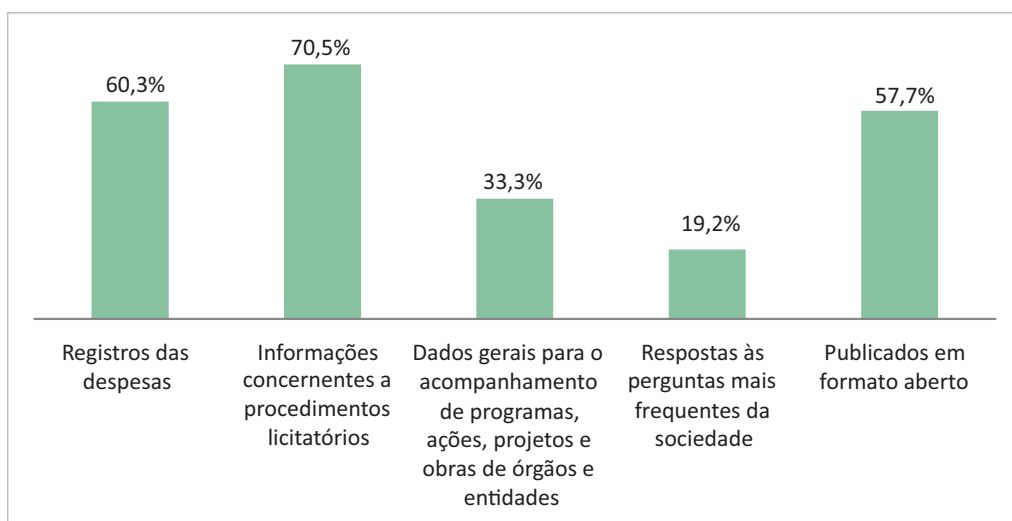


Gráfico 18
Possui na página na internet:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 19
Possui na página na internet (continuação):

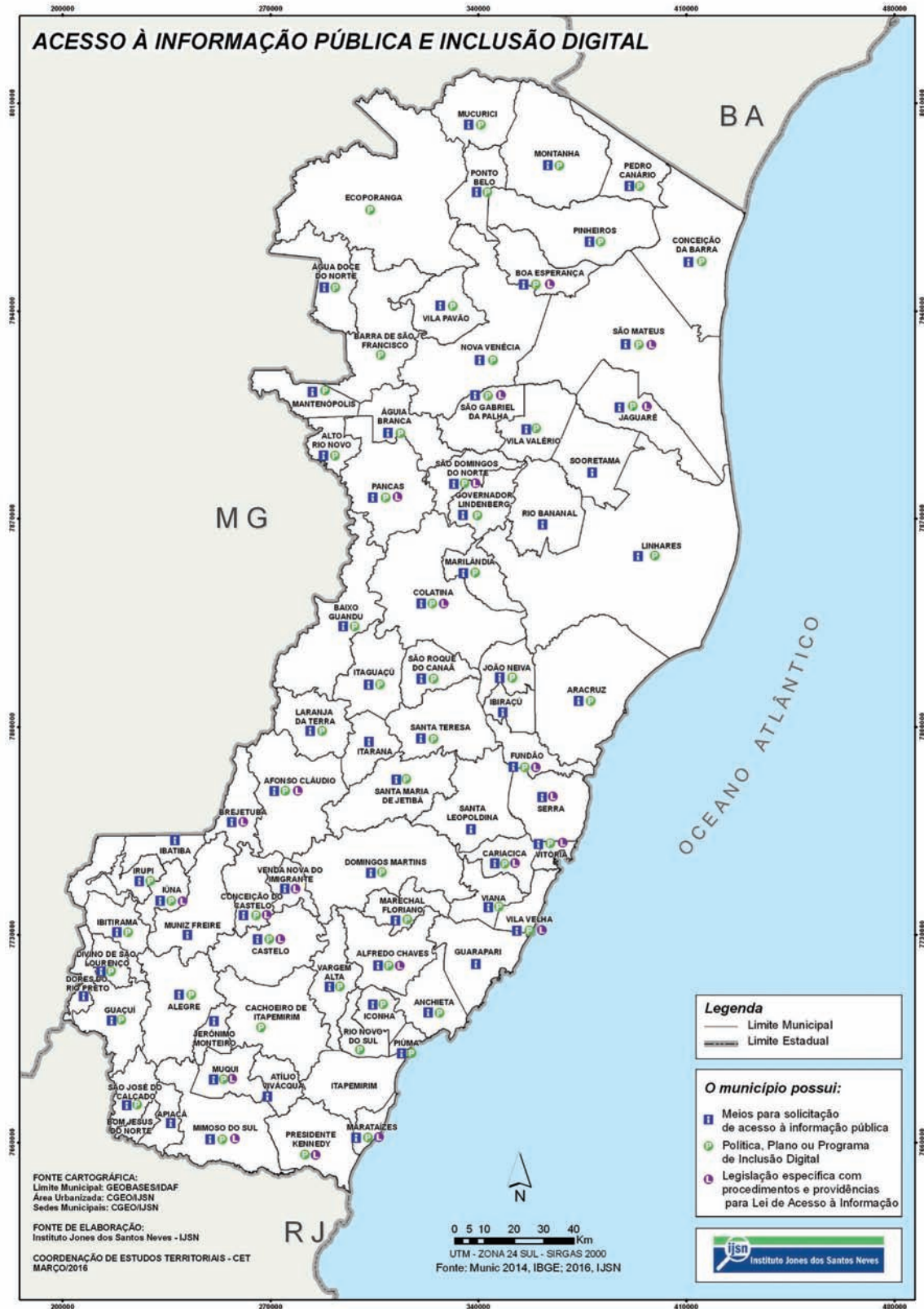


Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

No mapa, a seguir, é possível visualizar, de forma concomitante, a situação dos municípios do Espírito Santo para um conjunto de 3 informações: existência de meios para solicitação de acesso à informação pública; de política, plano ou programa de inclusão digital; e de legislação específica com procedimentos e providências para Lei de Acesso à Informação.

Mapa 09

Acesso à informação pública e inclusão digital, Espírito Santo, 2014



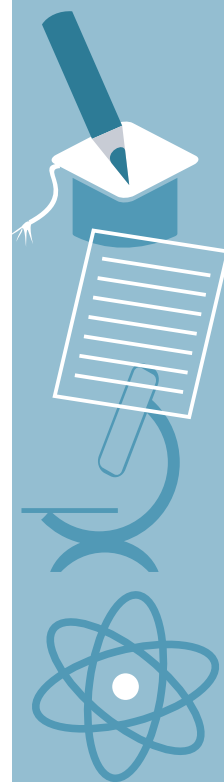


Educação

Esta seção, bem como as que virão na sequência, tem como objetivo principal mostrar se os municípios capixabas dispõem de estrutura mínima para desenvolver uma gestão plena em cada setorial de governo (Órgão Gestor, Conselho, Fundo e Legislação). Seguindo este critério, dentre as informações disponibilizadas pela pesquisa para o tema Educação serão aqui destacados os resultados para Órgão Gestor; Plano; e Conselhos Municipais da área de educação.

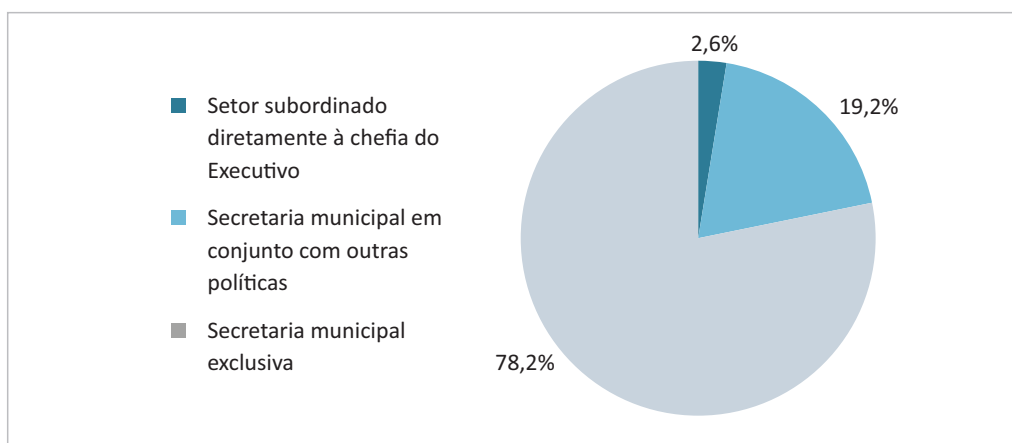
Juntamente com o Fundo Municipal de Educação, estes três instrumentos são considerados básicos para gerir a política educacional no município. Contudo, sabemos que a simples existência deste conjunto de instrumentos no município não garante uma gestão efetiva, democrática e participativa.

3



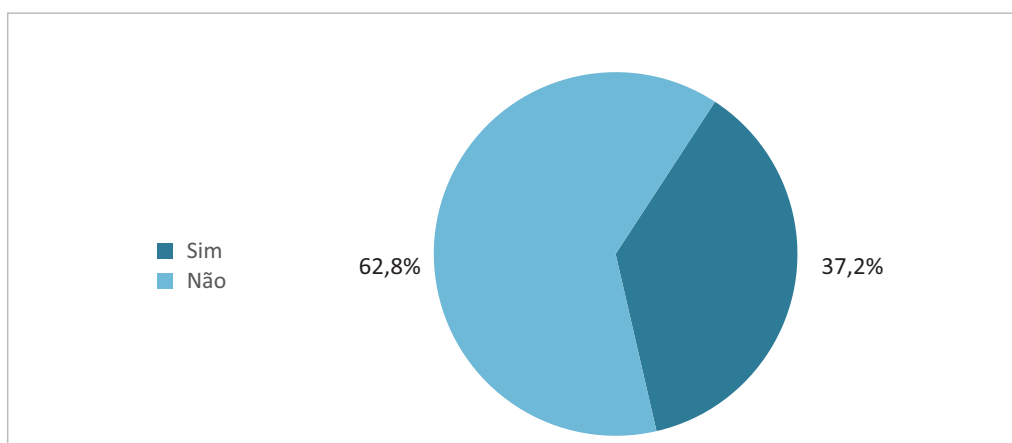
Como esperado, todos os municípios do Espírito Santo dispõem de Órgão Gestor de Educação, sendo que a maior parte se caracteriza como Secretaria municipal exclusiva (78,2%). Em 19,2% dos casos o Órgão Gestor é uma Secretaria municipal em conjunto com outras políticas; e em 2,6% é apenas um Setor subordinado à chefia do Executivo (Gráfico 20). Quanto à existência de Plano Municipal de Educação, 62,8% sinalizam positivamente (Gráfico 21).

Gráfico 20
Caracterização do Órgão Gestor da Educação, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

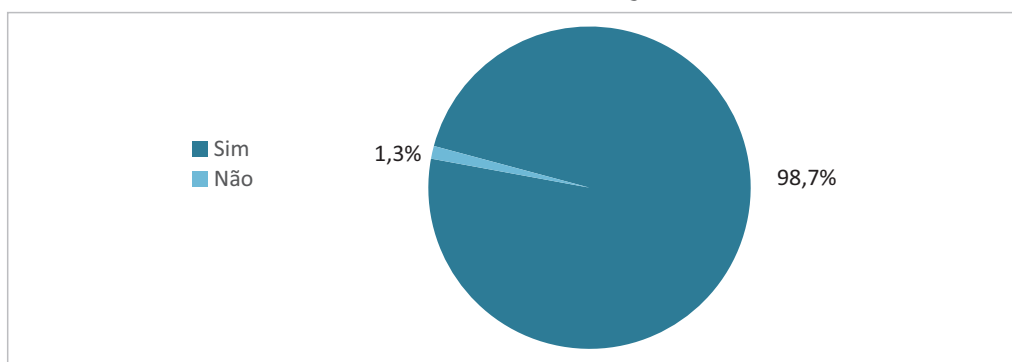
Gráfico 21
Existência de Plano Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

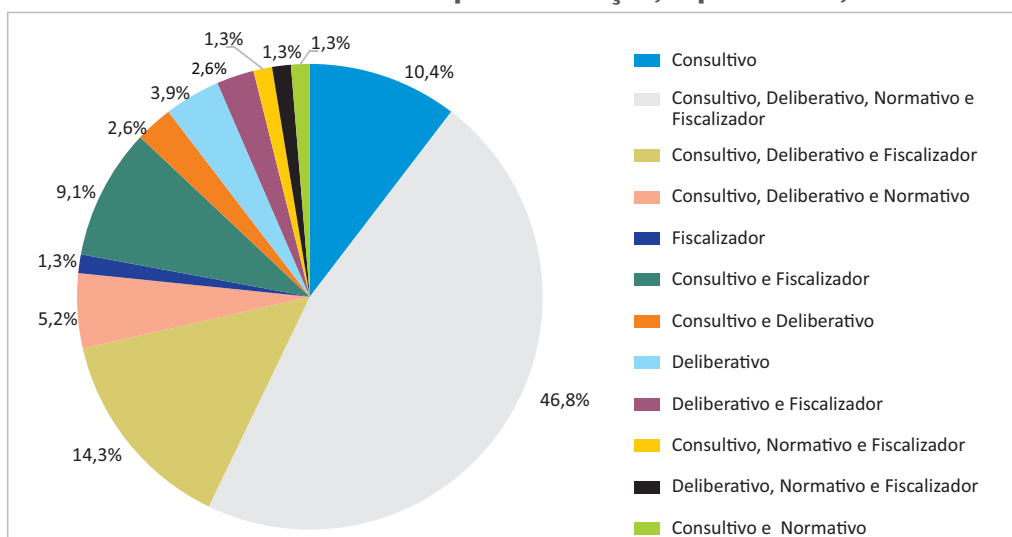
Quase a totalidade dos municípios possuem Conselho Municipal de Educação (Gráfico 22). Segundo a pesquisa, Iconha é o único município do estado a não dispor de Conselho. Quanto ao caráter⁴ dos Conselhos existentes, 46,8% é ao mesmo tempo Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador, o maior percentual do conjunto (Gráfico 23). Na maior parte dos casos, a composição dos Conselhos é formada por representantes de pais e alunos (96,1%); e por representantes dos servidores das escolas da rede municipal de ensino (87,0%) (Gráfico 24).

Gráfico 22
Existência de Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 23
Caráter do Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014



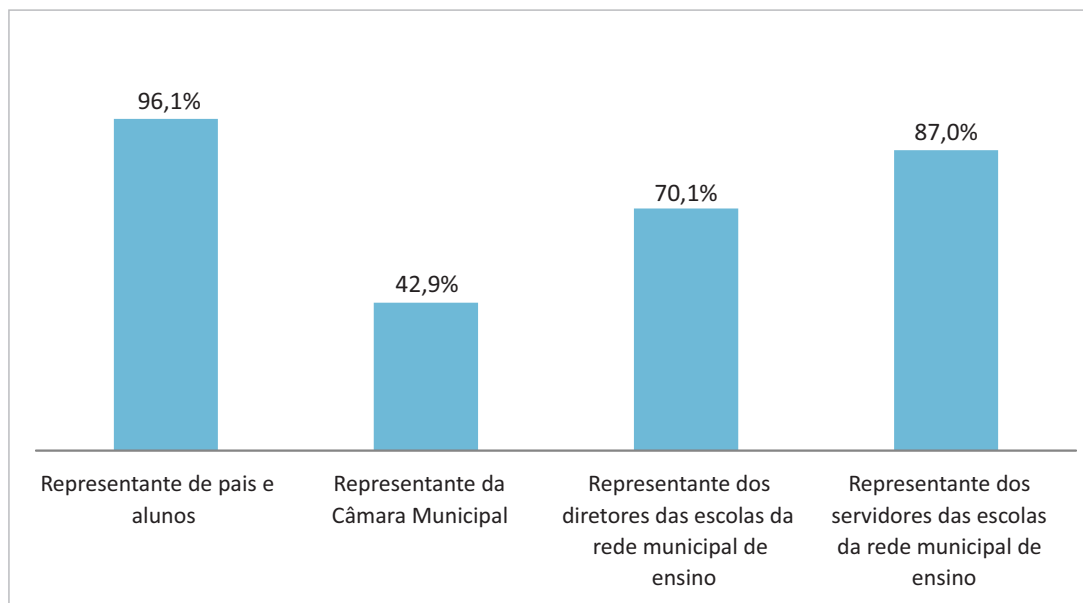
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

⁴ Conselho consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação; conselho deliberativo é aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação; conselho fiscalizador é aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação; conselho normativo é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.



Gráfico 24

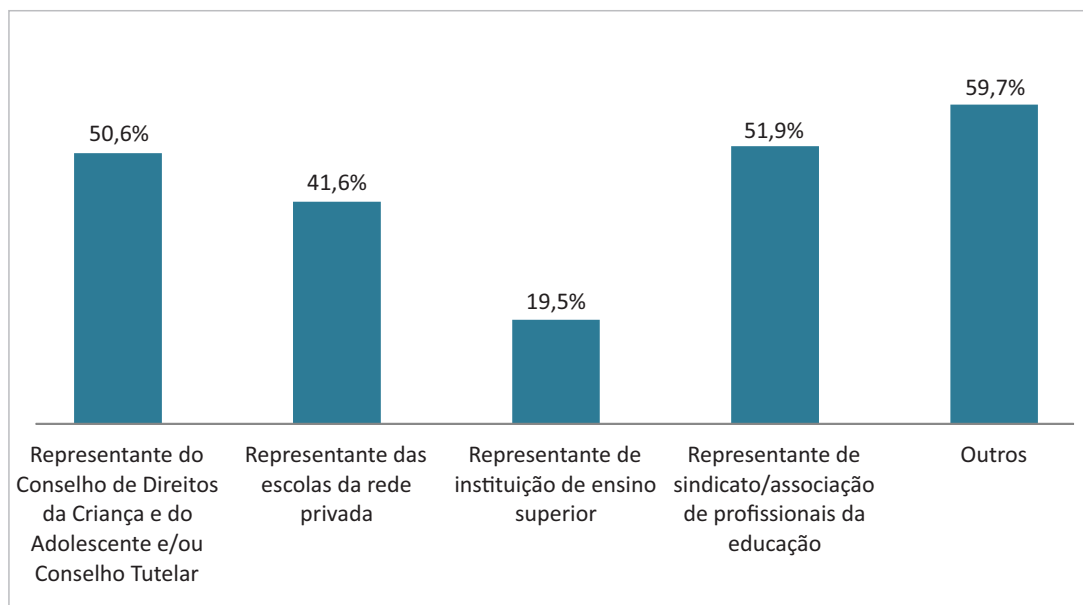
Composição do Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 25

Composição do Conselho Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014 (continuação)

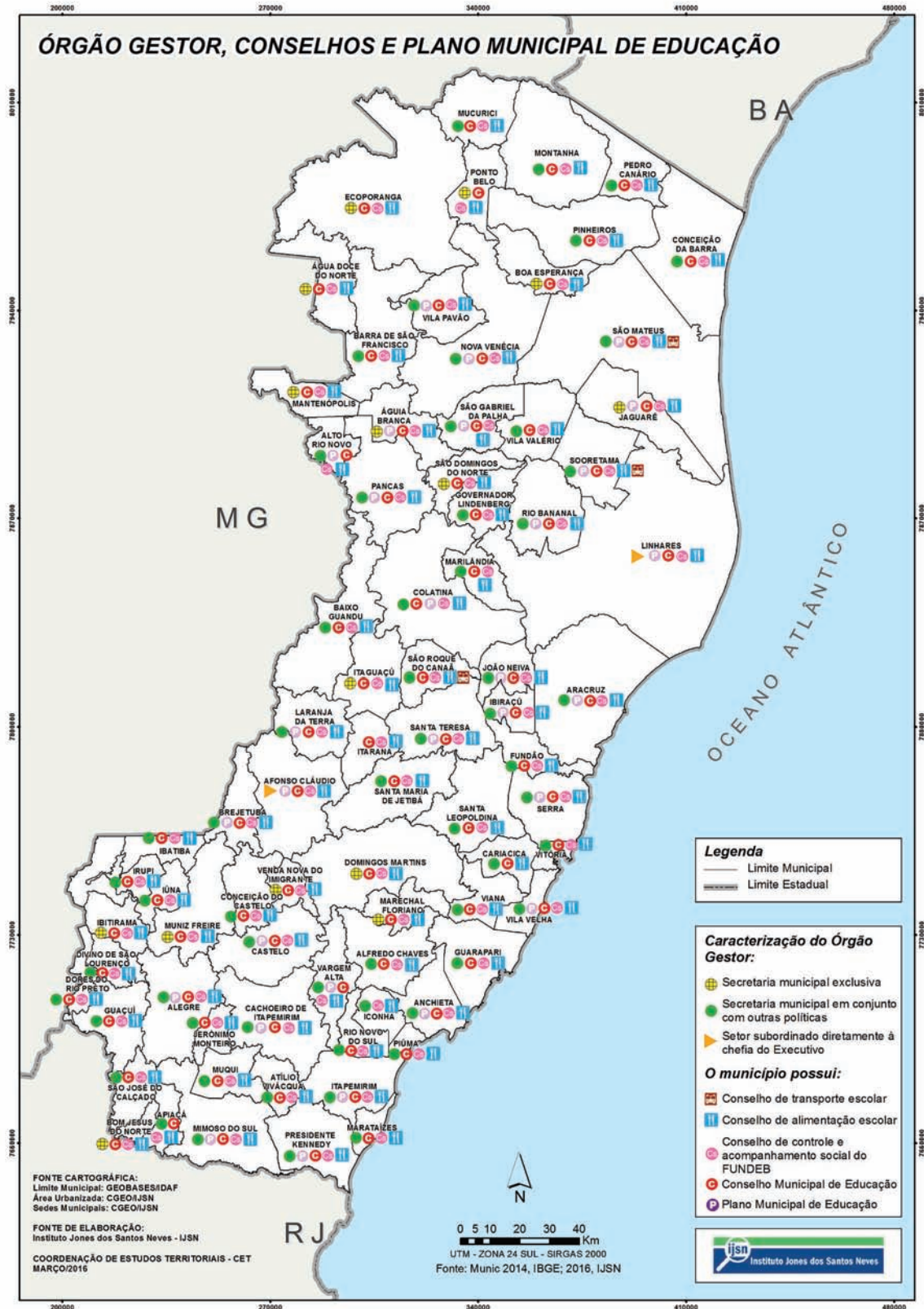


Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

No mapa, a seguir, encontram-se mapeadas as informações analisadas nesta seção, acrescidas de outras, a saber: existência de Conselho de transporte escolar; Conselho de alimentação escolar; e Conselho de controle e acompanhamento social do FUNDEB.

Mapa 10

Órgão Gestor, Conselhos e Plano Municipal de Educação, Espírito Santo, 2014



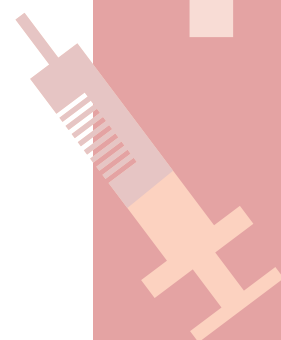


Saúde

Além de resultados para instrumentos de gestão municipal (Órgão Gestor, Conselho, Fundo e Plano Municipal de Saúde), esta seção tratará de alguns aspectos relacionados à estrutura física e ao atendimento público municipal, a saber: existência de estabelecimento de saúde de responsabilidade da gestão municipal e administrado por terceiros; de Unidade de Saúde; de Programas de Agentes Comunitários de Saúde; de Programa de Saúde da Família; de Programa Nacional de Suplementação de Ferro; e Serviços de Saúde disponibilizados.

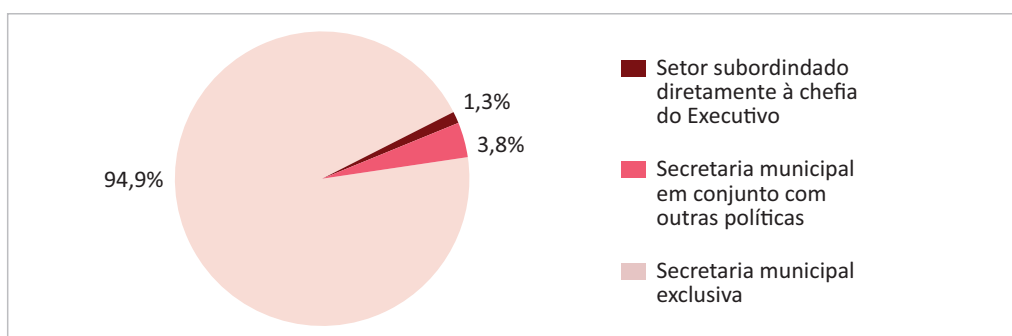
A estrutura, os recursos humanos e materiais e o financiamento são alguns dos aspectos relevantes na avaliação da saúde pública no Brasil. Este último tem sido especialmente debatido, considerando que o Brasil está entre os países com sistema de saúde universal, no caso o Sistema Único de Saúde (SUS). Neste sentido, a saúde talvez seja uma das políticas sociais mais desafiadoras, pois deve garantir a universalidade e a integralidade (ou seja, o atendimento aos preceitos de acesso universal e atendimento integral gratuito) a partir de um sistema de financiamento sustentável, o que não tem ocorrido no Brasil. Particularmente, é inegável as grandes dificuldades enfrentadas pelos municípios na prestação dos serviços públicos de saúde dadas as restrições financeiras e orçamentárias.

4



Os 78 municípios do estado dispõem de Órgão Gestor de Saúde, sendo que em 94,9% dos casos é uma Secretaria municipal exclusiva (Gráfico 26). Em 3,8% (ou 3 municípios) trata-se de uma Secretaria municipal em conjunto com outras políticas. Em 1 município, Afonso Cláudio, o Órgão Gestor é apenas um Setor subordinado à chefia do Executivo. Todos os municípios também indicaram dispor de Fundo⁵ e Plano Municipal de Saúde.

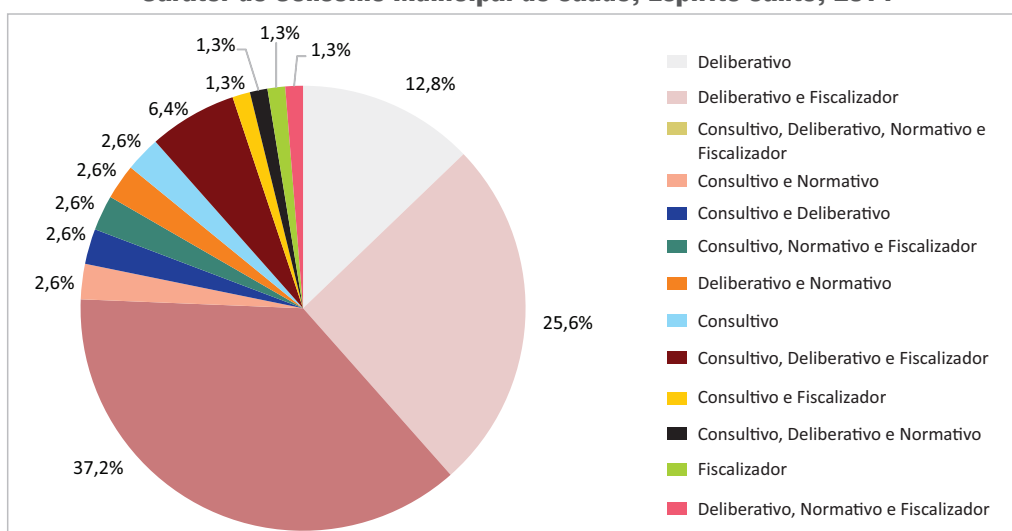
Gráfico 26
Caracterização do Órgão Gestor da Saúde, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Da mesma forma que Órgão Gestor, Fundo e Plano, é unânime entre os municípios a existência de Conselho Municipal de Saúde. Sobre o caráter dos Conselhos, 37,2% é ao mesmo tempo Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador; 25,6% Deliberativo e Fiscalizador; e 12,8% é apenas Deliberativo (Gráfico 27).

Gráfico 27
Caráter do Conselho Municipal de Saúde, Espírito Santo, 2014

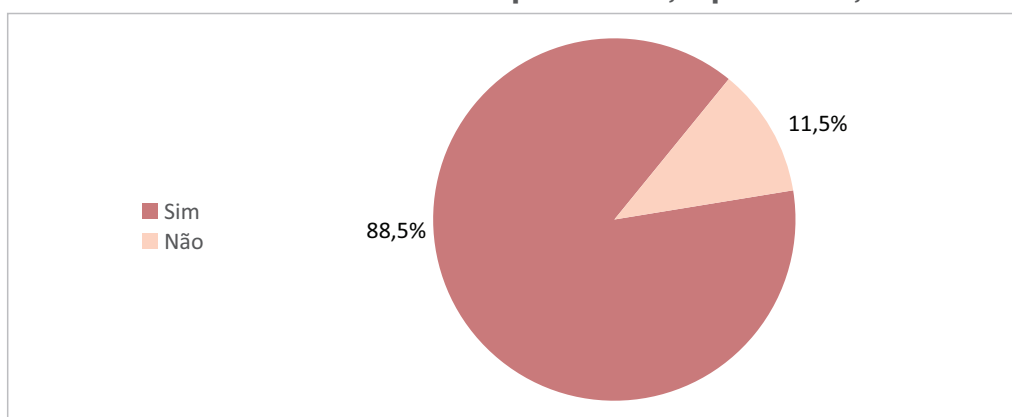


Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

⁵ Fundo Municipal: Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um conselho municipal. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.

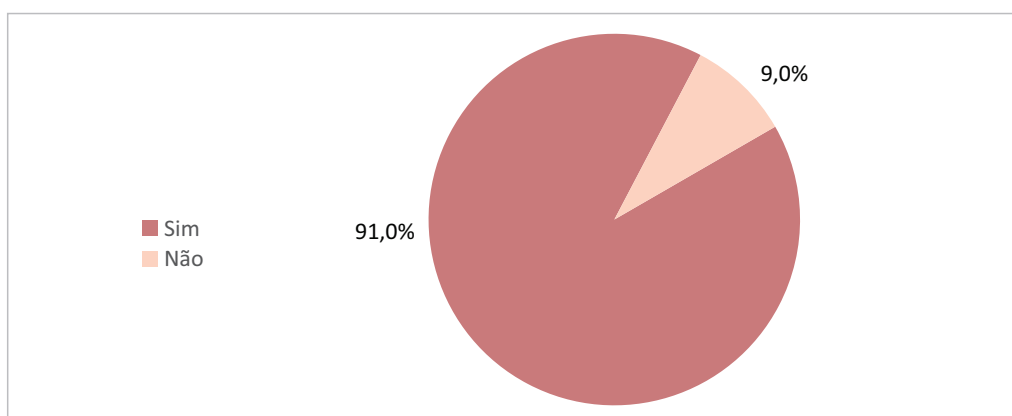
Em relação a outros instrumentos de gestão da saúde, a pesquisa aponta que 88,5% dos municípios realizou alguma Conferência Municipal de Saúde nos últimos anos (Gráfico 28), sendo que o ano da última conferência varia entre 2004 (Itarana) e 2014 (Aracruz). Verificou-se ainda que em 91,0% dos casos o Órgão Gestor da Saúde nos municípios faz parte de algum Colegiado de Gestão Regional⁶ (Gráfico 29).

Gráfico 28
Existência de Conferência Municipal de Saúde, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 29
Órgão Gestor da Saúde faz parte de algum Colegiado de Gestão Regional:



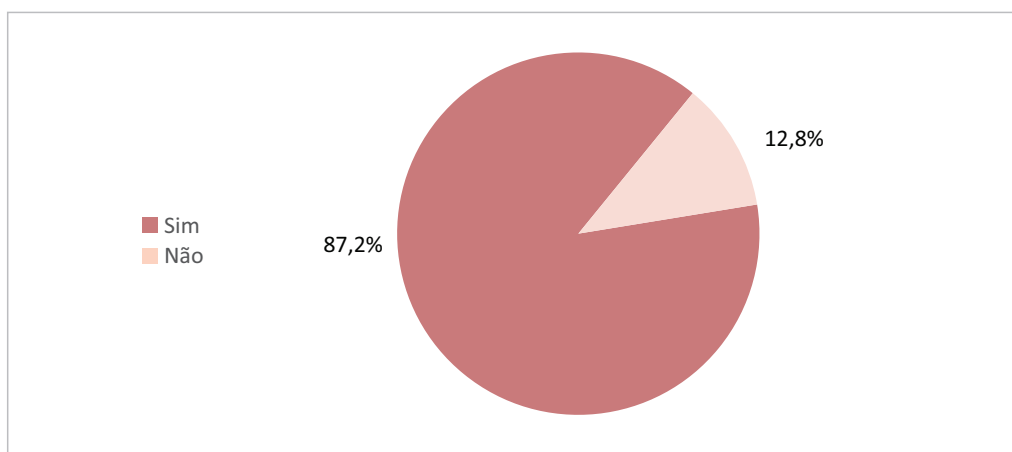
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

⁶ Colegiado de Gestão Regional: Espaço de decisão por meio da identificação, definição de prioridades e pactuação de soluções a organização de uma rede regional de ações e serviços de atenção à saúde, integrada e resolutive. O colegiado deve ser formado por gestores municipais de saúde e por representantes dos gestores estaduais, sendo as suas decisões sempre por consenso, pressupondo o envolvimento e o comprometimento do conjunto de gestores com os compromissos pactuados. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.



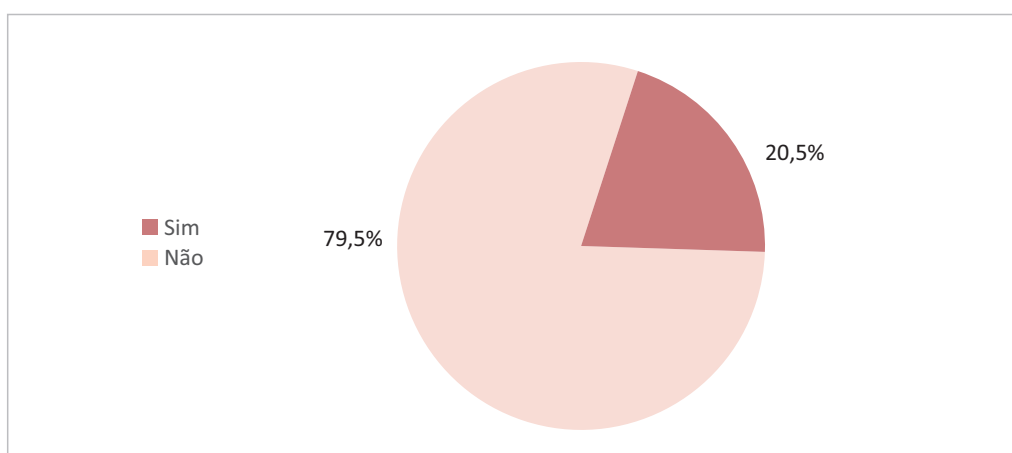
Segundo a Munic, 87,2% dos municípios capixabas possuem estabelecimento de saúde de responsabilidade da gestão municipal (Gráfico 30). Os 10 municípios que indicaram não dispor deste equipamento são: Alto Rio Novo, Boa Esperança, Domingos Martins, Ibirapu, Iconha, Itaguaçu, Marataízes, Pancas, Ponto Belo e São Roque do Canaã. Por outro lado, o percentual dos que possuem estabelecimento de saúde administrado por terceiros não é muito significativo: 20,5% (Gráfico 30). A maior parte é administrado por Consórcio Público, mas também aparecem casos em que a administração ocorre por meio de Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Empresa Privada.

Gráfico 30
Existência de estabelecimento de saúde de responsabilidade da gestão municipal, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

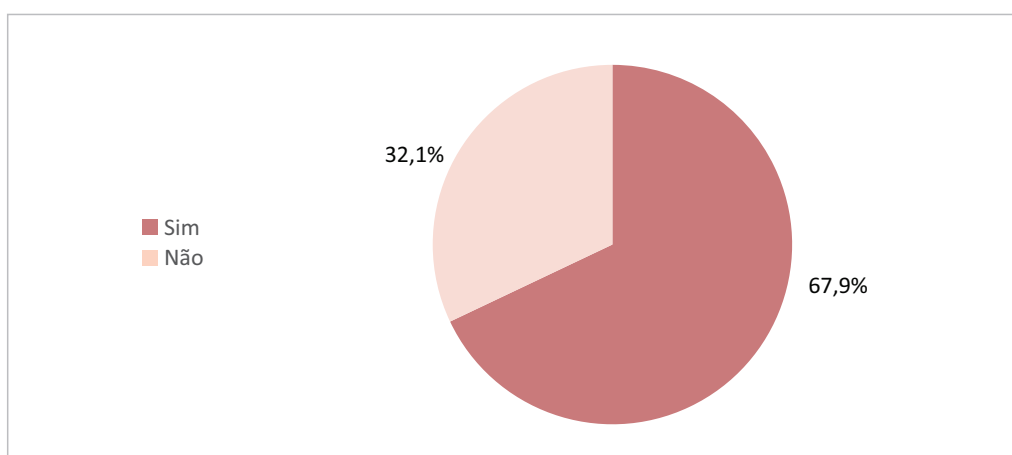
Gráfico 31
Existência de estabelecimento de saúde administrado por terceiros, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

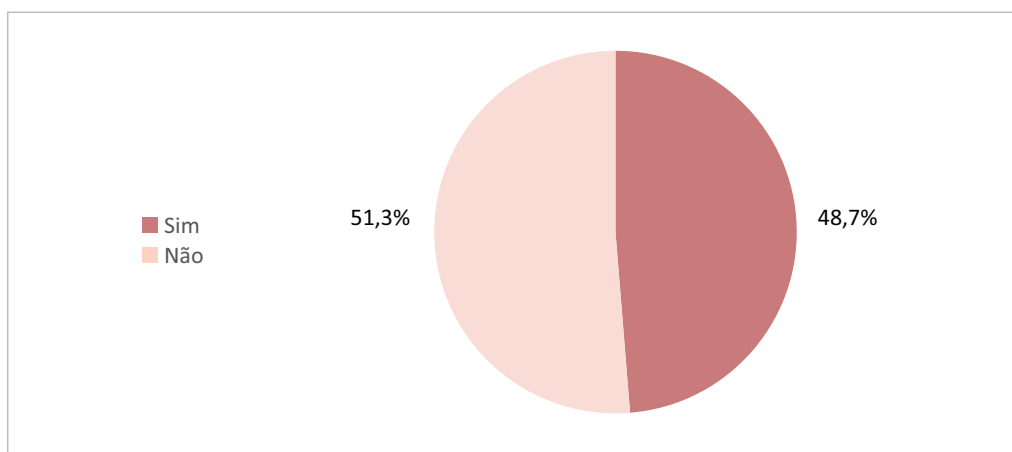
Todos os municípios do Espírito Santo indicaram ter Programa de Saúde da Família⁷, sendo que em apenas 4 deles (Bom Jesus do Norte, Santa Leopoldina, Vila Pavão e Vila Valério) não é ofertado atendimento odontológico básico por meio do Programa. Quanto à existência de Programa de Agentes Comunitários da Saúde e Programa Nacional de Suplementação de Ferro, os percentuais são de 67,9% e 48,7%, respectivamente (Gráficos 32 e 33).

Gráfico 32
Existência de Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 33
Existência de Programa Nacional de Suplementação de Ferro, Espírito Santo, 2014



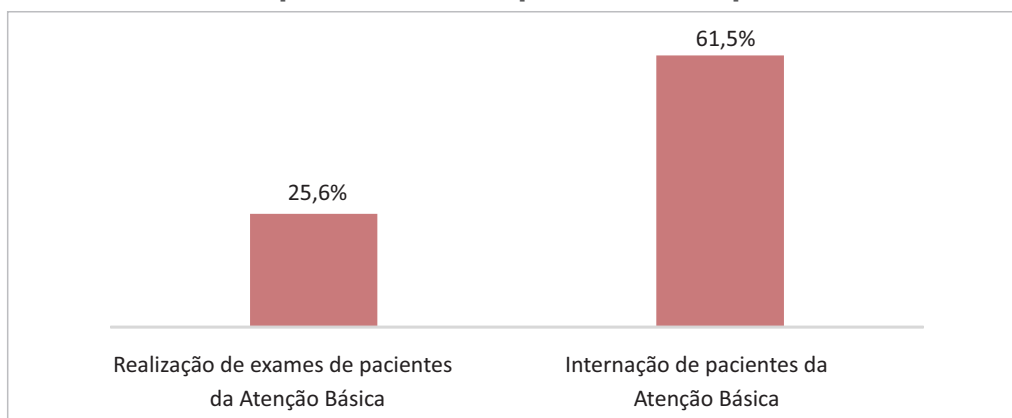
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

⁷ Programa Saúde da Família: Programa de atenção básica à saúde voltado para a promoção, a prevenção, os cuidados e a reabilitação da saúde das famílias. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.



No que diz respeito aos serviços de saúde, a pesquisa indica que 25,6% precisa referenciar para outro município a realização de exames de pacientes da Atenção Básica e 61,5% a internação de pacientes da Atenção Básica (Gráfico 34).

Gráfico 34
É preciso referenciar para outro município:

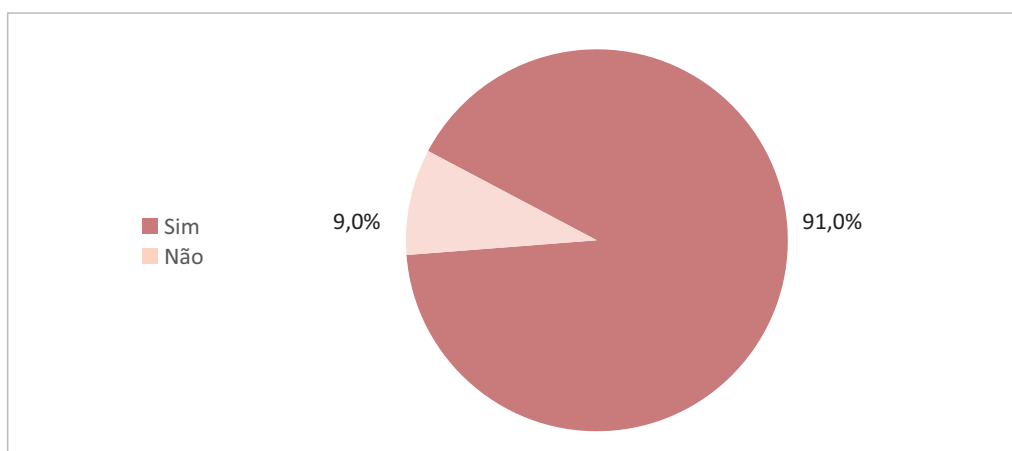


Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Por outro lado, a população dispõe de serviço de atendimento de emergência (Risco de Vida 24 horas) em quase todo o estado (Gráfico 35). Barra de São Francisco, Governador Lindenberg, Pedro Canário, Santa Leopoldina, São Domingos do Norte, Sooretama e Vila Pavão são os únicos municípios que não dispõem do serviço. Em 56,3% dos municípios o atendimento de emergência é um serviço público municipal; em 23,9% é um serviço privado conveniado ao SUS; em 18,3% é transportado e/ou referenciado para serviço público em outro município (Gráfico 36).

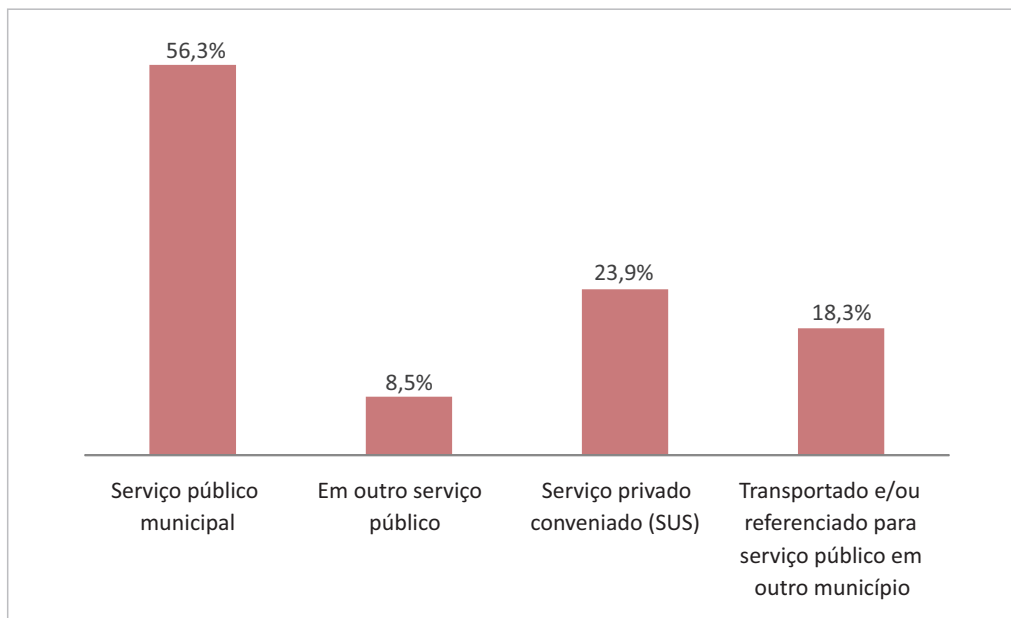
Gráfico 35
A população dispõe de serviço de atendimento de emergência (Risco de Vida 24 horas):



Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 36
Caracterização do serviço de atendimento de emergência (Risco de Vida 24 horas)



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Outros serviços de saúde cuja existência nos municípios foi pesquisada (seja em estabelecimento público ou conveniado ao SUS) são: Serviço de nefrologia (Hemodiálise⁸ – HD e Diálise Peritoneal Intermitente⁹ – DPI) (14,1%); Leitos/berços de unidade de terapia neonatal (11,5%); Leitos/berços de unidade de cuidados intermediários (32,1%) (Gráfico 37).

Cabe salientar que os municípios de referência mais citados por aqueles que não dispõem destes serviços foram a capital, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares. Em alguns casos, os municípios de referência são de outros estados, a saber: Itaperuna/RJ (casos de Bom Jesus do Norte e São José do Calçado para o serviço de nefrologia), Manhuaçu/MG (que depois de Vitória é o município de referência para lúna em relação ao serviço de nefrologia) e Carangola/MG (caso de Dores do Rio Preto para o serviço de nefrologia).

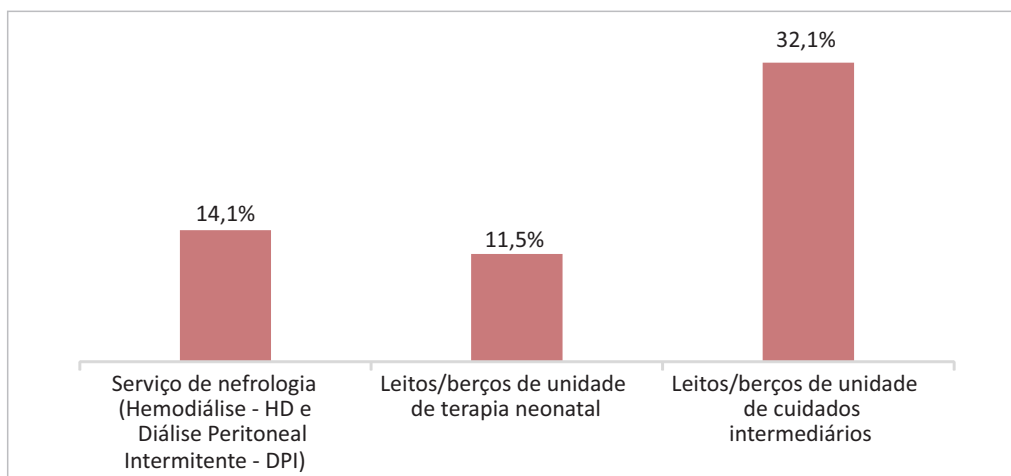
⁸ Sessão de diálise realizada em serviço de nefrologia. Em média, o paciente submete-se a três sessões semanais, de aproximadamente quatro horas cada. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.

⁹ Diálise realizada de duas formas: ambulatorial contínua - a infusão e a drenagem do dialisato são efetuadas manualmente, sem o auxílio de qualquer máquina; ou peritoneal automática - as trocas do dialisato são efetuadas com o auxílio de uma máquina cicladora, conectada ao cateter. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE.



Gráfico 37

Existe no município, em estabelecimento público ou conveniado ao SUS:



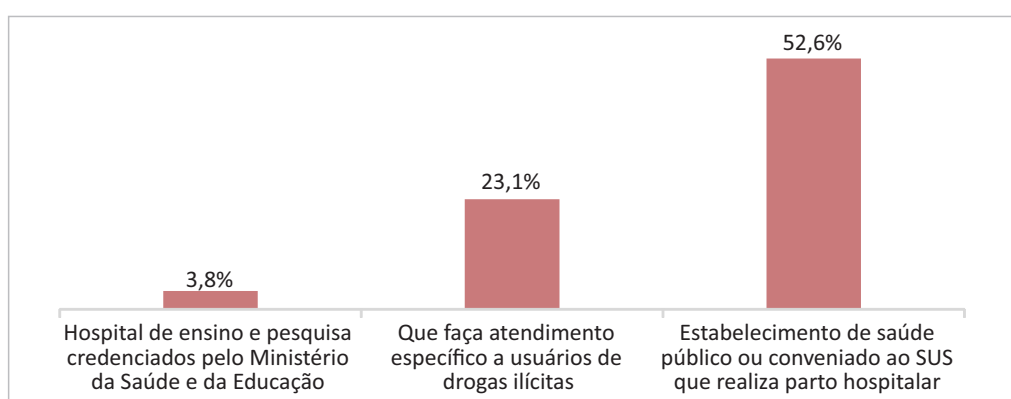
Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Sobre as Unidades de Saúde existentes nos municípios, a pesquisa apontou os seguintes resultados: 52,6% dispõe de estabelecimento de saúde público ou conveniado ao SUS que realiza parto hospitalar; 23,1% que faça atendimento específico a usuários de drogas ilícitas; e apenas 3,8% de hospital de ensino e pesquisa credenciados pelo Ministério da Saúde e da Educação – no caso os municípios de Vitória, São Mateus e Ibatiba (Gráfico 38).

Gráfico 38

Unidades de Saúde existentes nos municípios, Espírito Santo, 2014

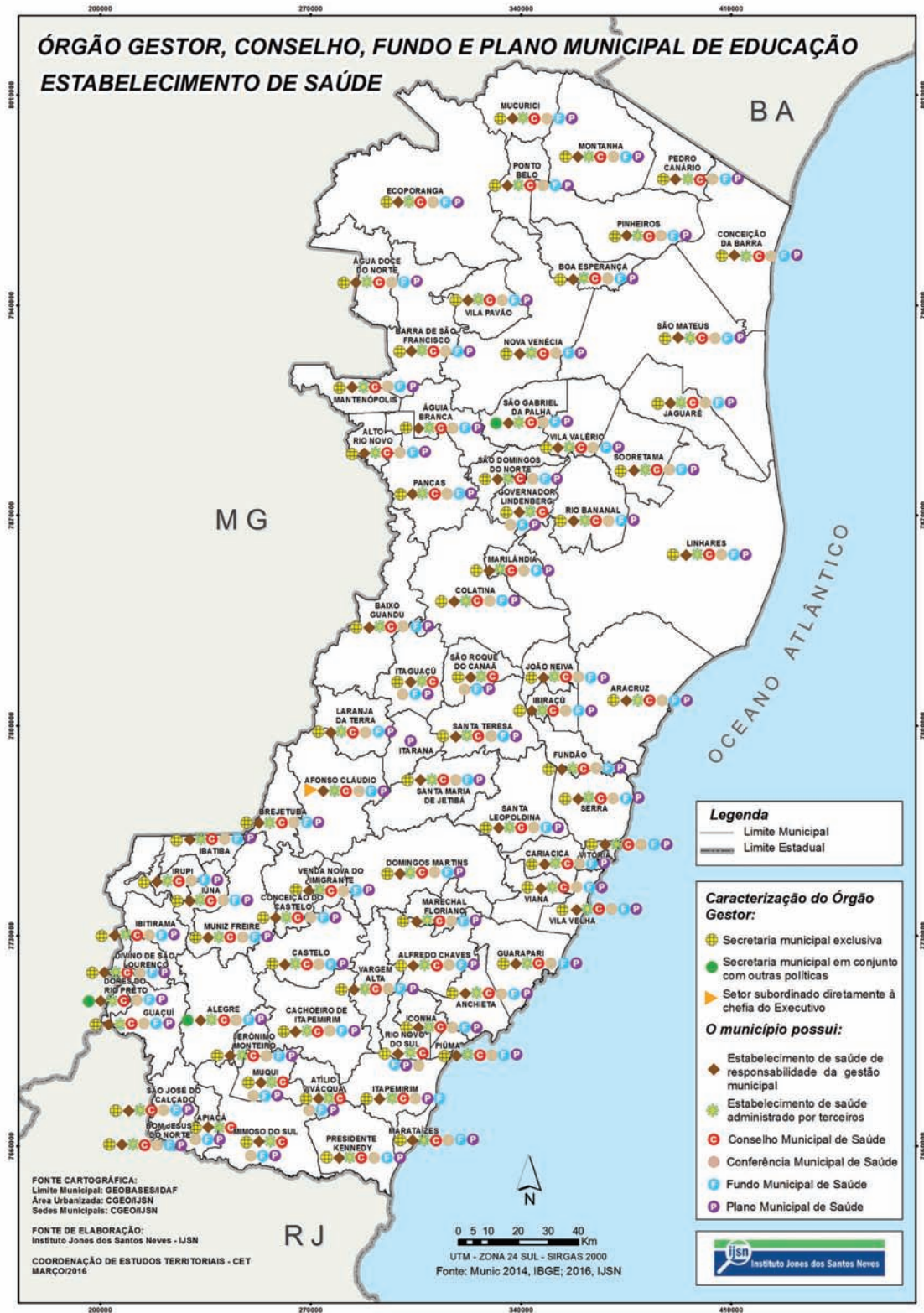


Fonte: Munic 2014, IBGE.

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

No mapa, a seguir, estão mapeadas as informações relacionadas aos instrumentos de gestão (Órgão Gestor, Conselho, Conferência, Fundo e Plano Municipal de Saúde) e aos estabelecimentos de saúde, tanto os de responsabilidade da gestão municipal quanto os administrados por terceiros.

Mapa 11
 Órgão Gestor, Conselho, Conferência, Fundo e Plano Municipal de Saúde,
 Estabelecimento de Saúde, Espírito Santo, 2014



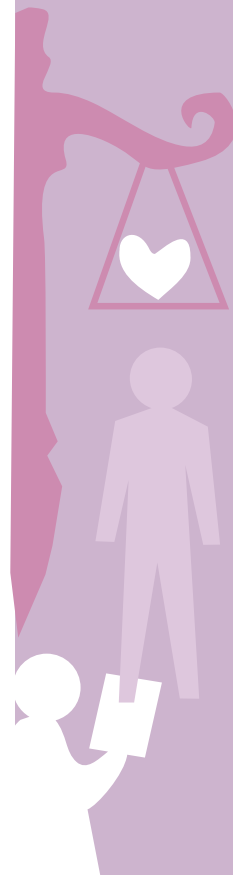


Direitos Humanos

Esta seção tratará exclusivamente de instrumentos municipais de gestão e execução de políticas públicas voltadas aos direitos humanos. Desta forma, serão aqui destacados resultados para Órgão Gestor dos Direitos Humanos; Execução de programas e ações para grupos específicos; Existência de Política, Programa, Plano ou Ação Municipal; Existência de Conselhos (Direitos Humanos; Direitos da pessoa com deficiência; Direitos da criança e do adolescente; Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; Da igualdade racial; Direitos da juventude; e Direitos do idoso) e Fundos Municipais (Direitos Humanos; Direitos da criança e do adolescente; Direitos do idoso; e Direitos da pessoa com deficiência).

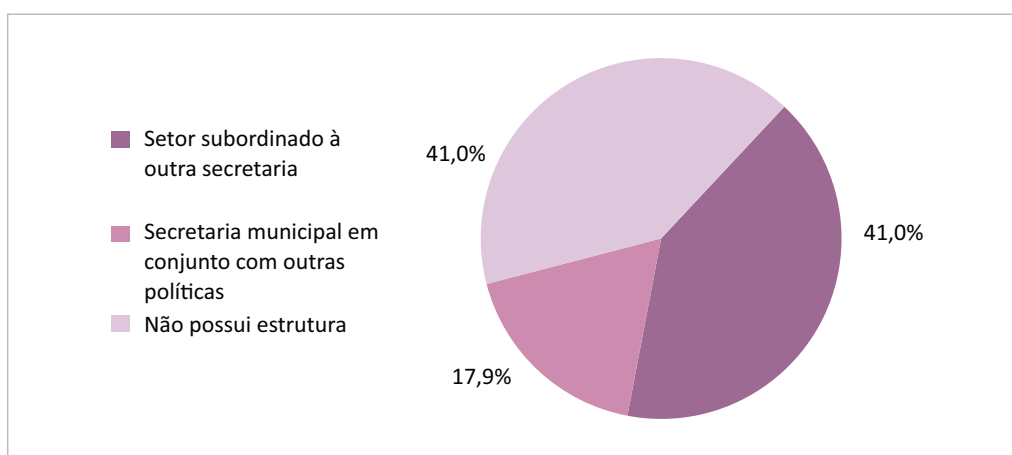
É inegável que os municípios têm um papel central na garantia dos direitos humanos. No entanto, sabe-se que o tema ainda carece de fortalecimento no âmbito dos governos municipais brasileiros, sendo ainda muito incipiente. A complexidade e amplitude do termo direitos humanos pode ser um dos fatores, na medida em que não há uma exata compreensão das políticas que podem corresponder à promoção e garantia de direitos humanos.

5



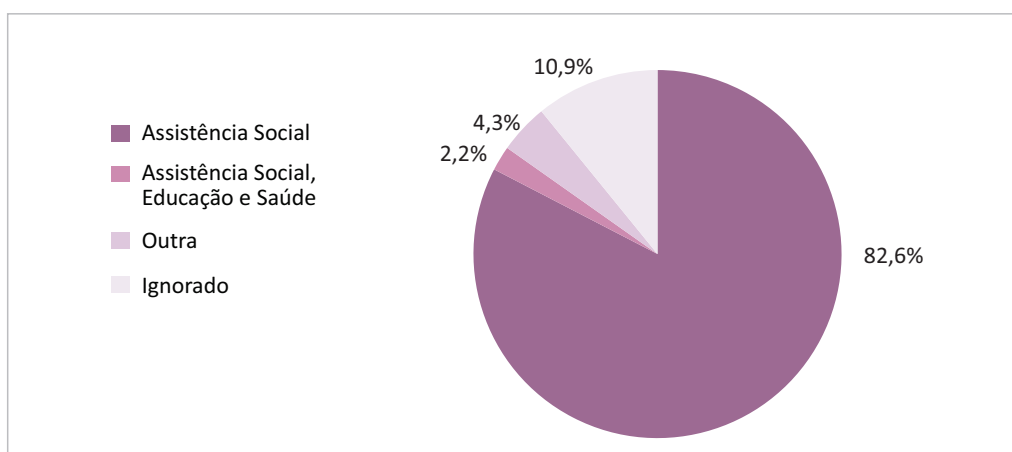
Nenhum município do Espírito Santo dispõe de uma Secretaria municipal exclusiva para tratar dos direitos humanos, sendo que em 17,9% não há qualquer estrutura. Quanto aos demais, se dividem entre os possuem uma Secretaria municipal em conjunto com outras políticas e um Setor subordinado à outra secretaria (Gráfico 39). Na maioria dos casos (82,6%), a Secretaria ou Setor está associada ou subordinada a Assistência Social (Gráfico 40). Apenas 39,1% dos Órgãos Gestores possuem orçamento próprio (Gráfico 41)

Gráfico 39
Caracterização do Órgão Gestor dos Direitos Humanos, Espírito Santo, 2014



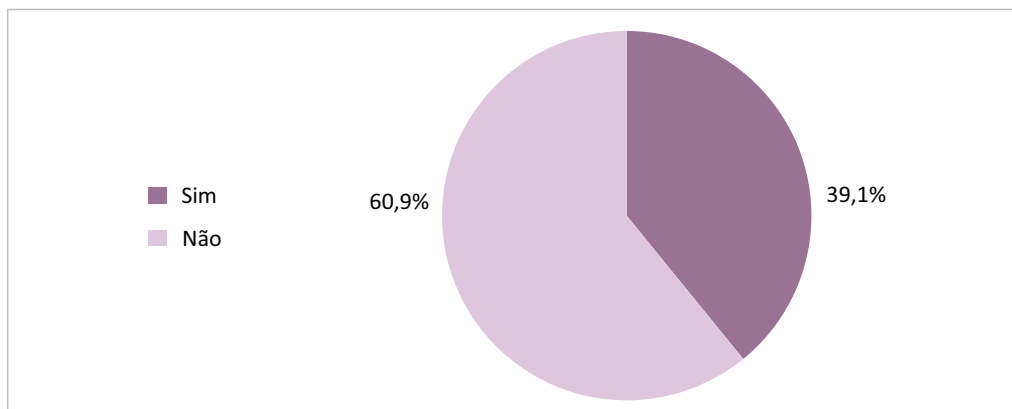
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 40
Secretaria ou Setor está associada ou subordinada:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

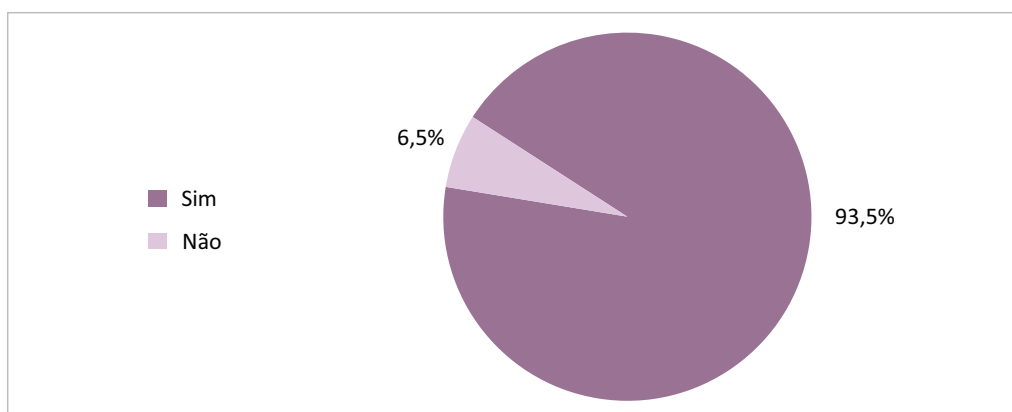
Gráfico 41
Órgão Gestor possui orçamento próprio:



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

É significativo o percentual de municípios capixabas que indicaram executar Programas e Ações para grupos específicos (como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população negra, população em situação de rua, indígenas, dentre outros): 93,5% (Gráfico 42). Por outro lado, nenhum município indicou ter legislação municipal que institua Plano Municipal de Direitos Humanos.

Gráfico 42
Executa Programas e Ações para grupos específicos:

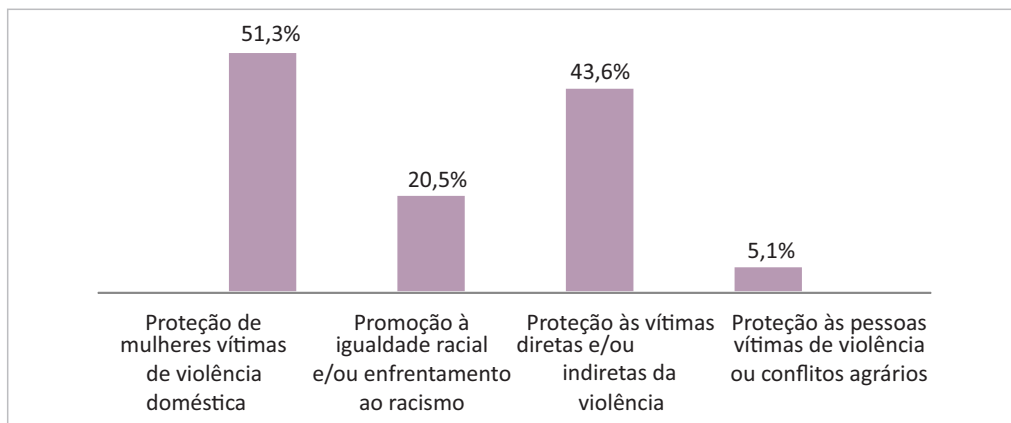


Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Quanto ao desenvolvimento de Políticas, Programas, Planos ou Ações por parte dos governos municipais, em 51,3% envolve a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica; em 43,6% a proteção às vítimas diretas e/ou indiretas da violência; em 20,5% a promoção à igualdade racial e/ou ao enfrentamento do racismo; e em 5,1% a proteção às pessoas vítimas de violência ou conflitos agrários (Gráfico 43).

Gráfico 43

Existência de Política, Programa, Plano ou Ação, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2012, IBGE.

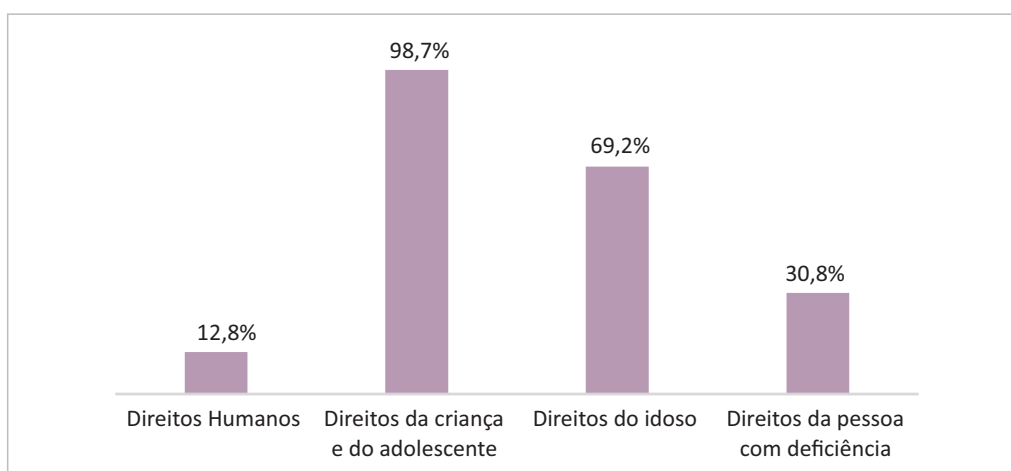
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O Conselho de Direitos Humanos está presente em apenas 12,8% dos municípios (Gráfico 44). Em contrapartida, é quase unânime a existência de Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (98,7%). O segundo Conselho mais presente no estado é o de Direitos do Idoso, (69,2%). Os menores percentuais referem-se aos Conselhos de Igualdade Racial e de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: 6,4% e 2,6%, respectivamente (Gráfico 45).

Da mesma forma que Conselho, o Fundo de Direitos da Criança e Adolescente é o mais frequente entre os municípios capixabas (57,7%). Os demais Fundos pesquisados têm presença irrisória no estado: Fundo de Direitos Humanos – 2,6%; Fundo de Direitos do Idoso – 6,4%; Fundo de Direitos da pessoa com deficiência – 2,6% (Gráfico 46).

Gráfico 44

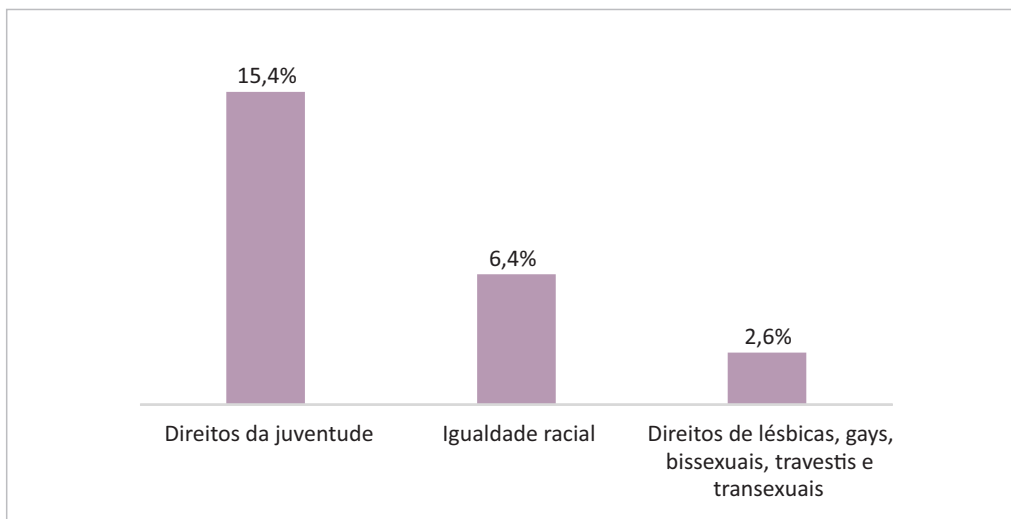
Existência de Conselhos Municipais, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.

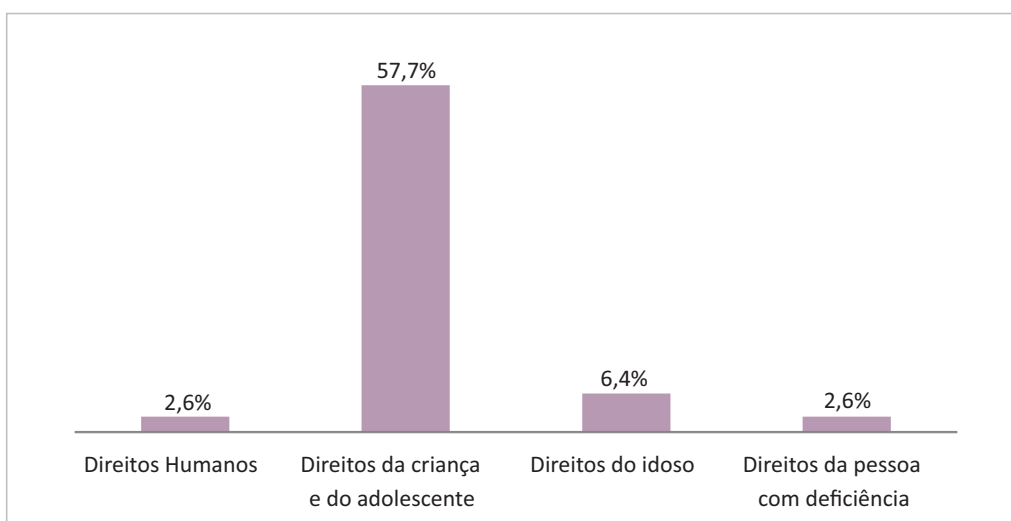
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 45
Existência Conselhos Municipais, Espírito Santo, 2014 (continuação)



Fonte: Munic 2012, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 46
Existência Fundos Municipais, Espírito Santo, 2014



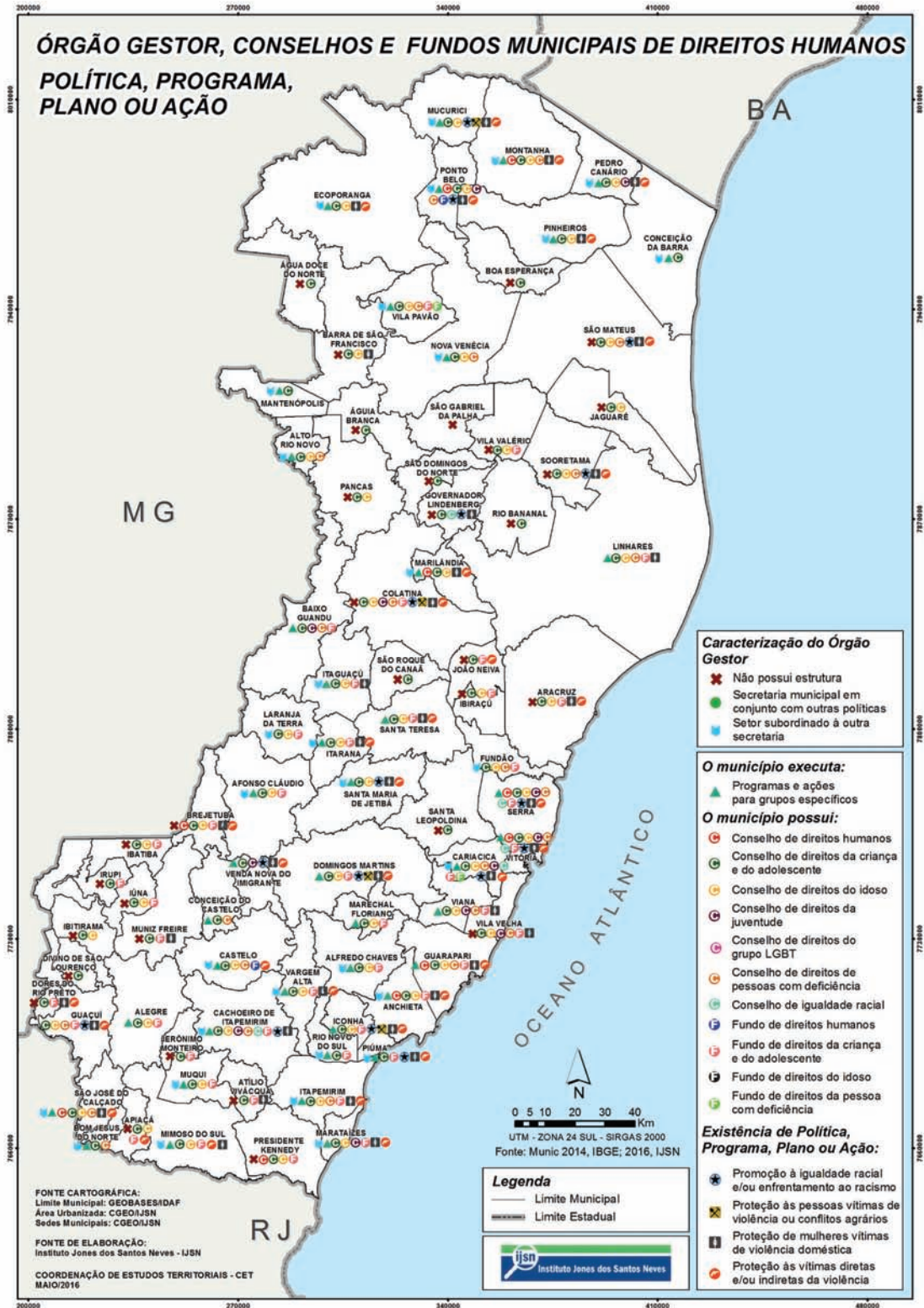
Fonte: Munic 2012, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

No mapa a seguir é possível analisar de forma conjunta os resultados mostrados nesta seção, o que permite observar quais municípios do estado estão melhor estruturados para implementar políticas de promoção e garantia de direitos humanos.



Mapa 12

Órgão Gestor, Conselhos e Fundos Municipais de Direitos Humanos, Política, Programa, Plano ou Ação, Espírito Santo, 2014





Segurança Pública

Nesta seção serão apresentados resultados para instrumentos de gestão municipal da Segurança Pública (Órgão Gestor, Conselhos, Fundo e Plano Municipal de Segurança Pública); estrutura existente nos municípios (como Delegacias, Instituto Médico Legal, Unidade do Corpo de Bombeiros, dentre outros); e existência de Guarda Municipal.

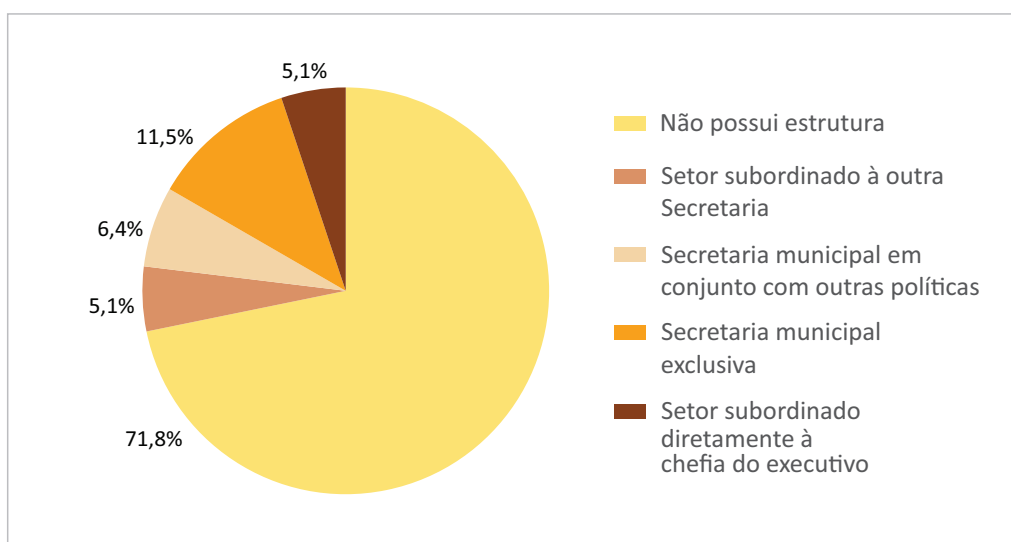
Quanto a este último, os resultados da pesquisa mostram que a maior parte dos municípios do Espírito Santo não dispõem de Guarda Municipal, muito provavelmente por falta de recursos para sua estruturação e manutenção. No entanto, alguns municípios do estado a têm reconhecido como um agente de segurança pública importante a nível local e buscado investir e qualificar melhor as suas Guardas Municipais.

6



A maioria dos municípios do Espírito Santo não possui estrutura para a gestão da segurança pública (71,8%). Quanto aos demais, em 11,5% dos casos o Órgão Gestor é uma Secretaria municipal exclusiva; em 6,4% uma Secretaria municipal em conjunto com outras políticas; em 5,1% um Setor subordinado à outra secretaria; e 5,1% um Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo (Gráfico 47).

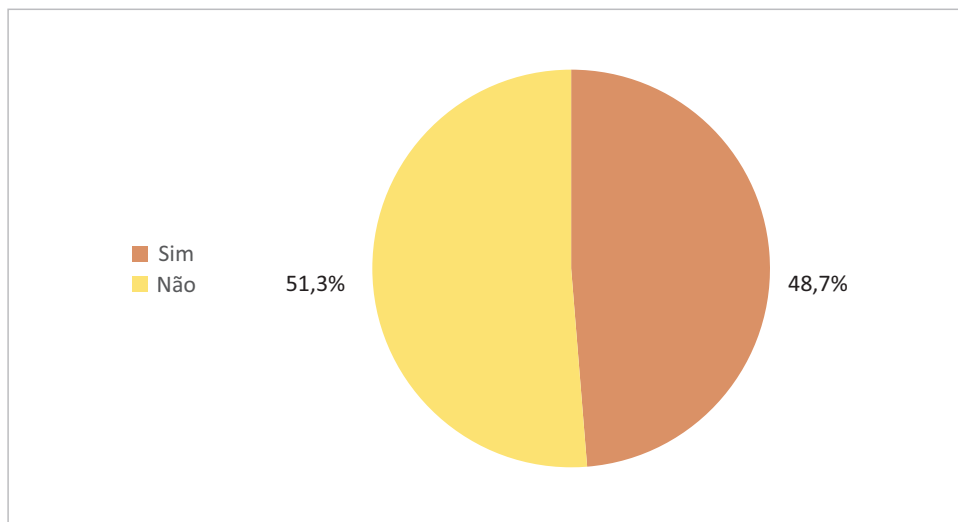
Gráfico 47
Caracterização do Órgão Gestor de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

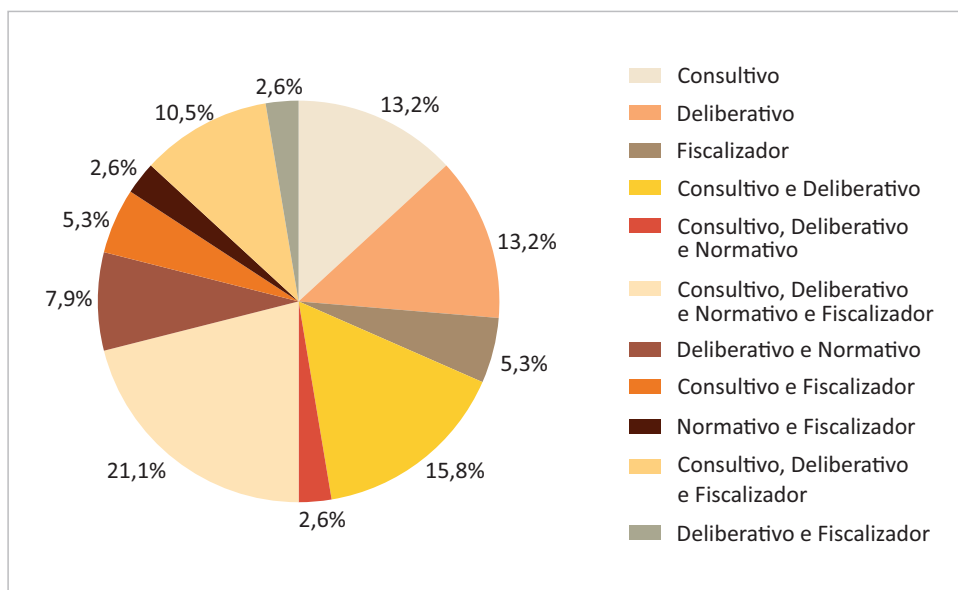
Apenas 48,7% dos municípios possui Conselho de Segurança Pública (Gráfico 48), sendo que 21,1% tem caráter Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador (Gráfico 49). Quanto aos demais Conselhos pesquisados, 7,7% dispõe de Conselho Comunitário de Segurança Pública (Gráfico 50) e 26,9% de Conselho Municipal de Defesa Civil (Gráfico 51), sendo que a maior parte, 38,1%, é ao mesmo tempo Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador (Gráfico 52). Em relação aos outros instrumentos de gestão da segurança pública, verificou-se a existência de Fundo e Plano em 21,8% e 7,7% dos municípios, respectivamente (Gráficos 53 e 54).

Gráfico 48
Existência de Conselho de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014



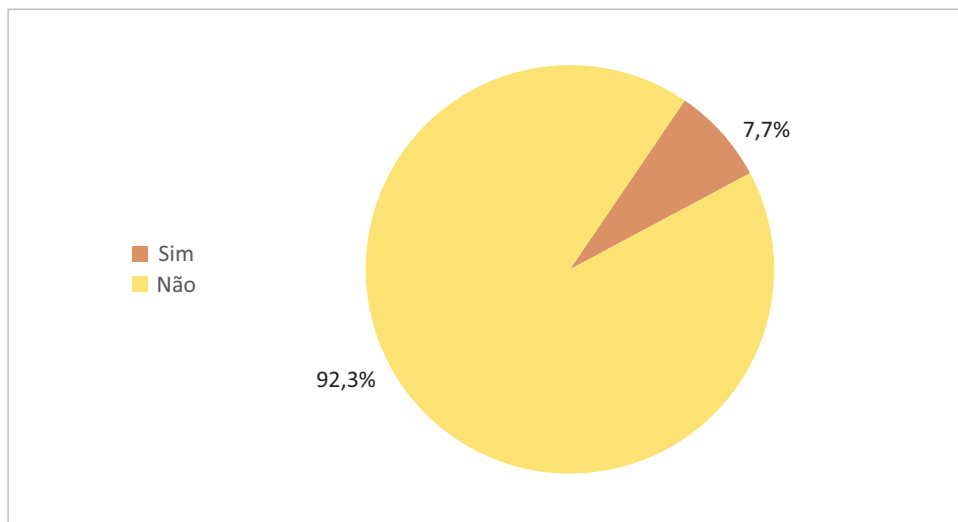
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 49
Caráter do Conselho de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014



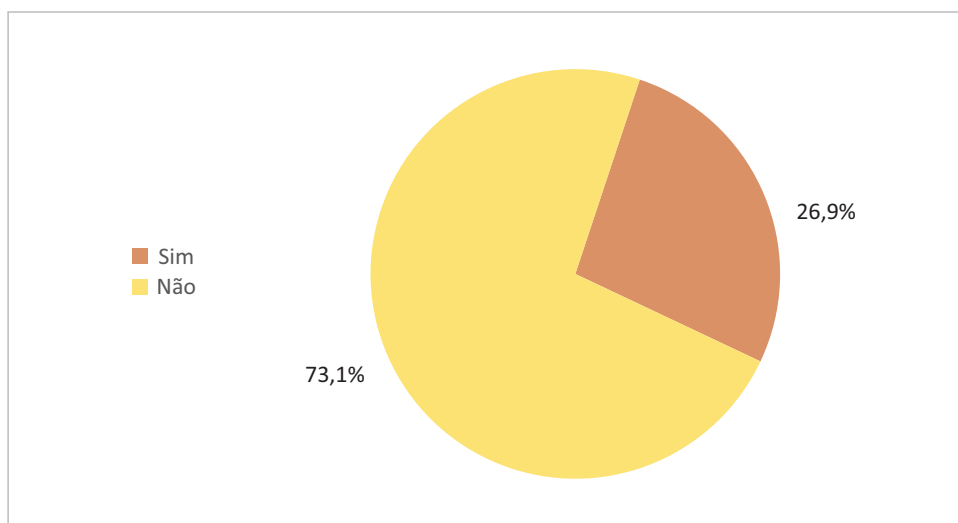
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 50
Existência de Conselho Comunitário de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014



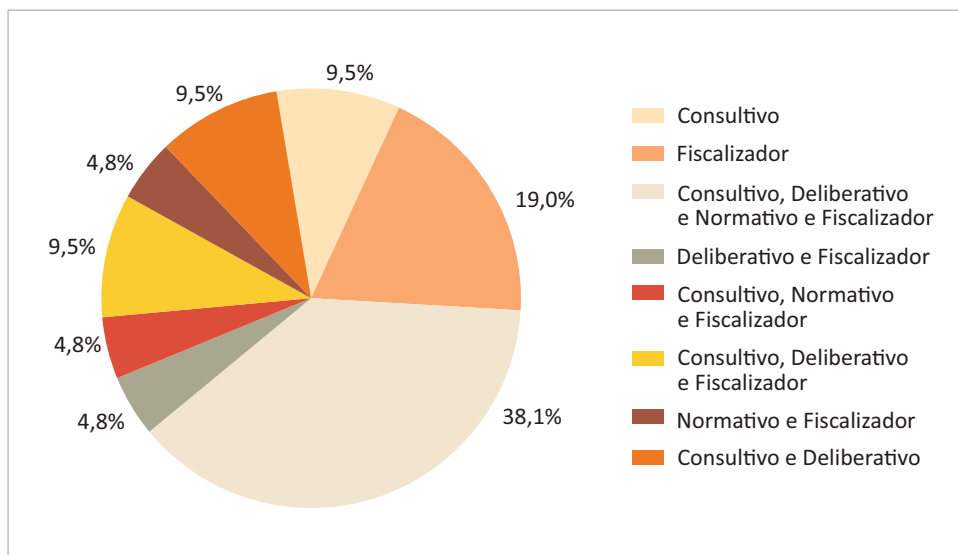
Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 51
Existência de Conselho Municipal de Defesa Civil, Espírito Santo, 2014



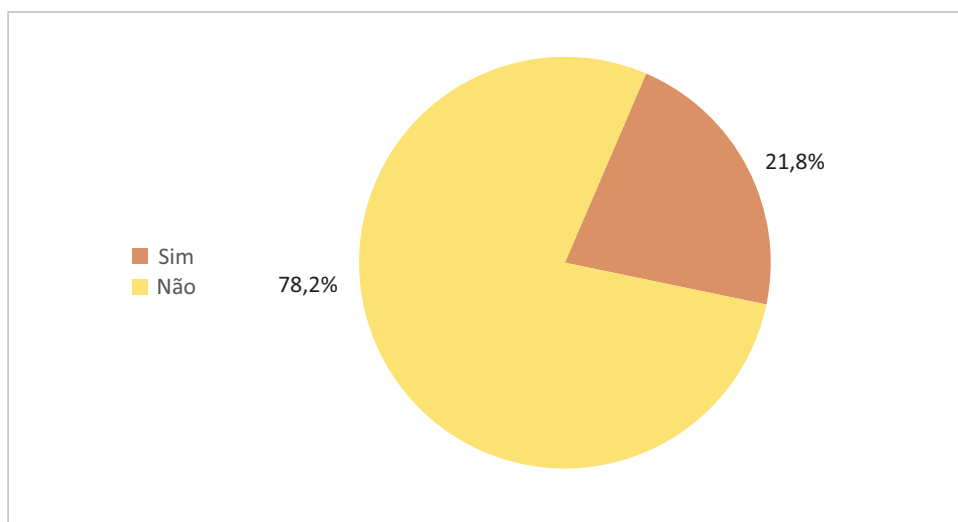
Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 52
Caráter do Conselho Municipal de Defesa Civil, Espírito Santo, 2014



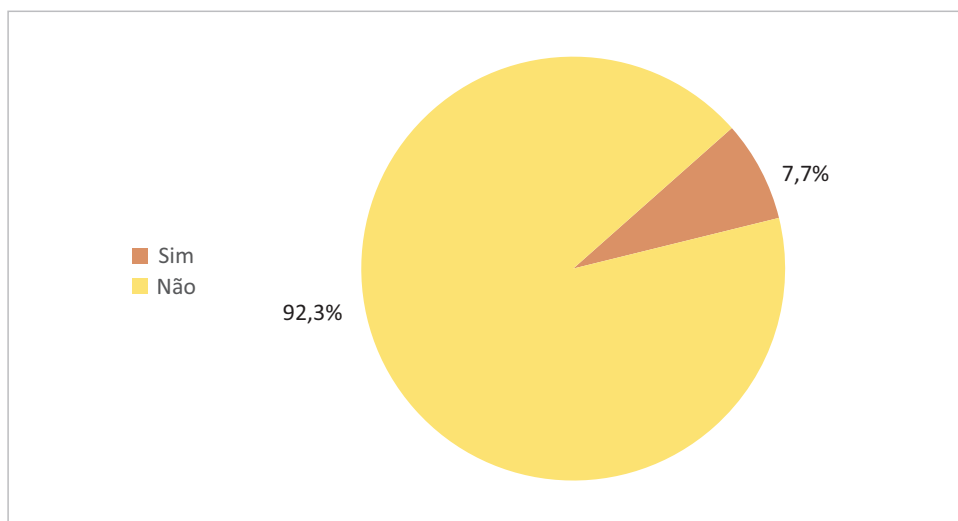
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 53
Existência de Fundo de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

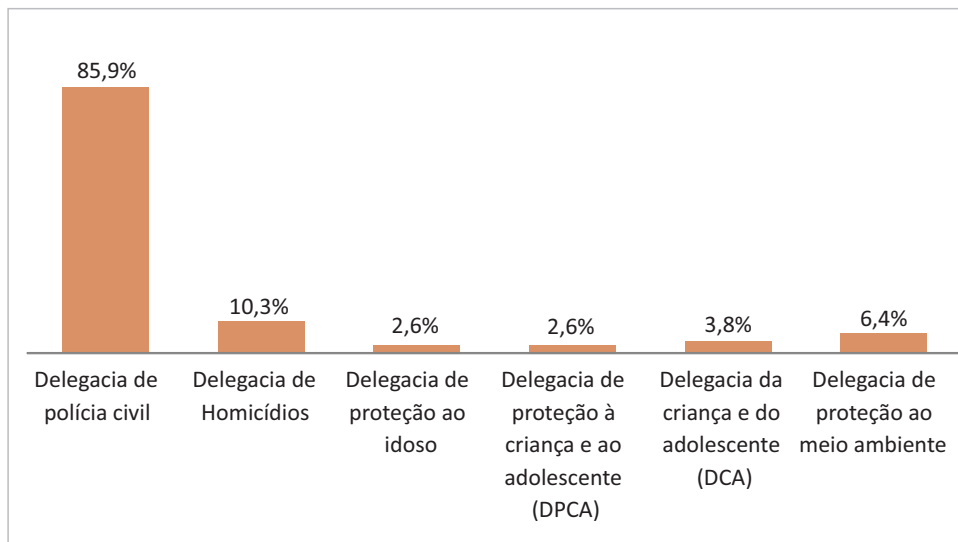
Gráfico 54
Existência de Plano de Segurança Pública, Espírito Santo, 2014



Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

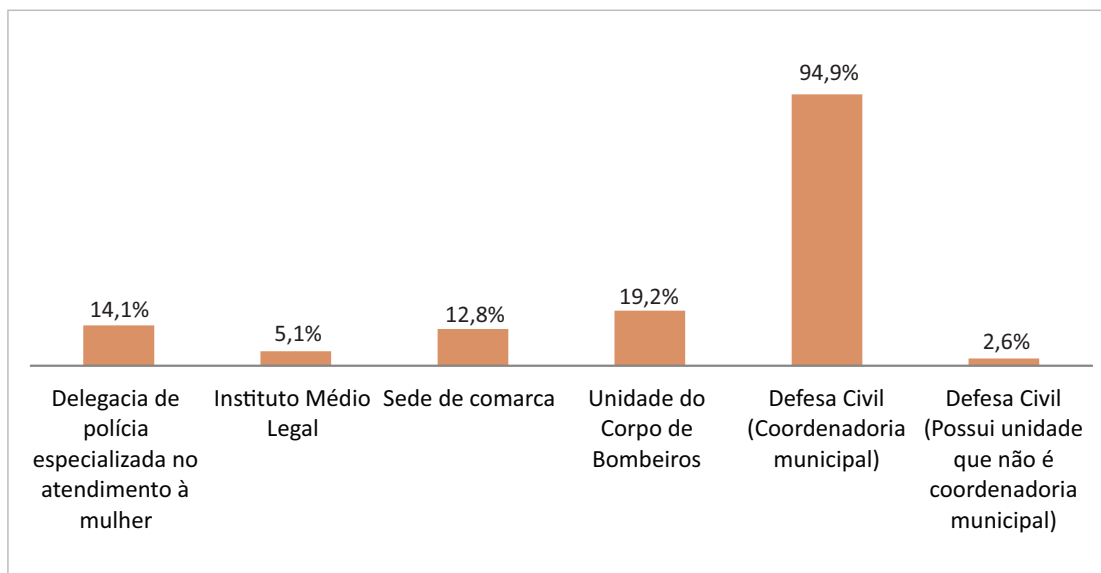
Como pode ser observado nos gráficos a seguir, o equipamento de segurança pública mais presente nos municípios do estado é a Defesa Civil (coordenadoria municipal) (94,9%) (Gráfico 56), seguido da Delegacia de polícia civil (85,9%) (Gráfico 55). Por outro lado, apenas 5,1% possui Instituto Médico Legal (Gráfico 56). Unidade do Corpo de Bombeiros, Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher e Delegacia de homicídios estão presentes em 19,2%; 14,1% e 10,3%, respectivamente (Gráficos 55 e 56). Quanto aos demais equipamentos listados nos gráficos, sua presença é pouco significativa. Apenas 15,4% dos municípios capixabas dispõe de Guarda Municipal (Gráfico 57).

Gráfico 55
Estrutura de Segurança Pública existente nos municípios, Espírito Santo, 2014



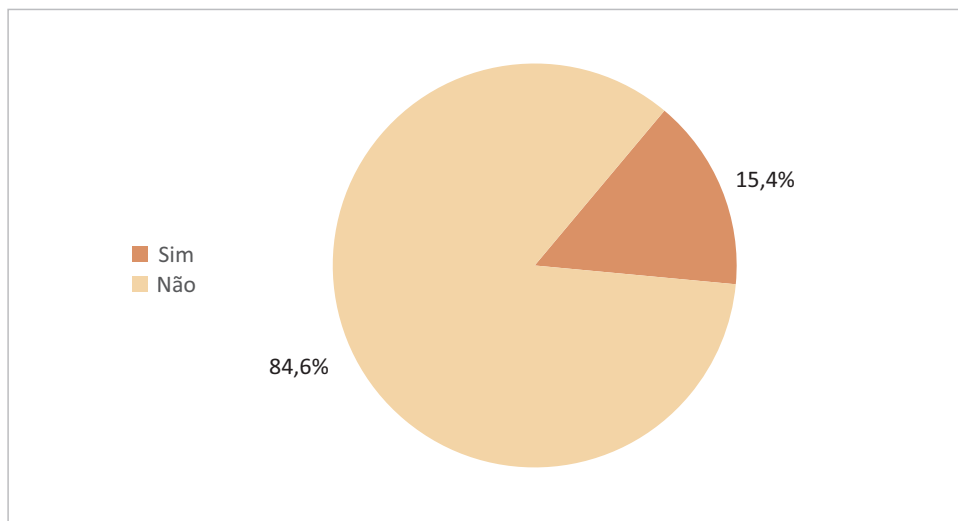
Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 56
Estrutura de Segurança Pública existente nos municípios, Espírito Santo, 2014 (continuação)



Fonte: Munic 2014, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 57
Existência de Guarda Municipal, Espírito Santo, 2014

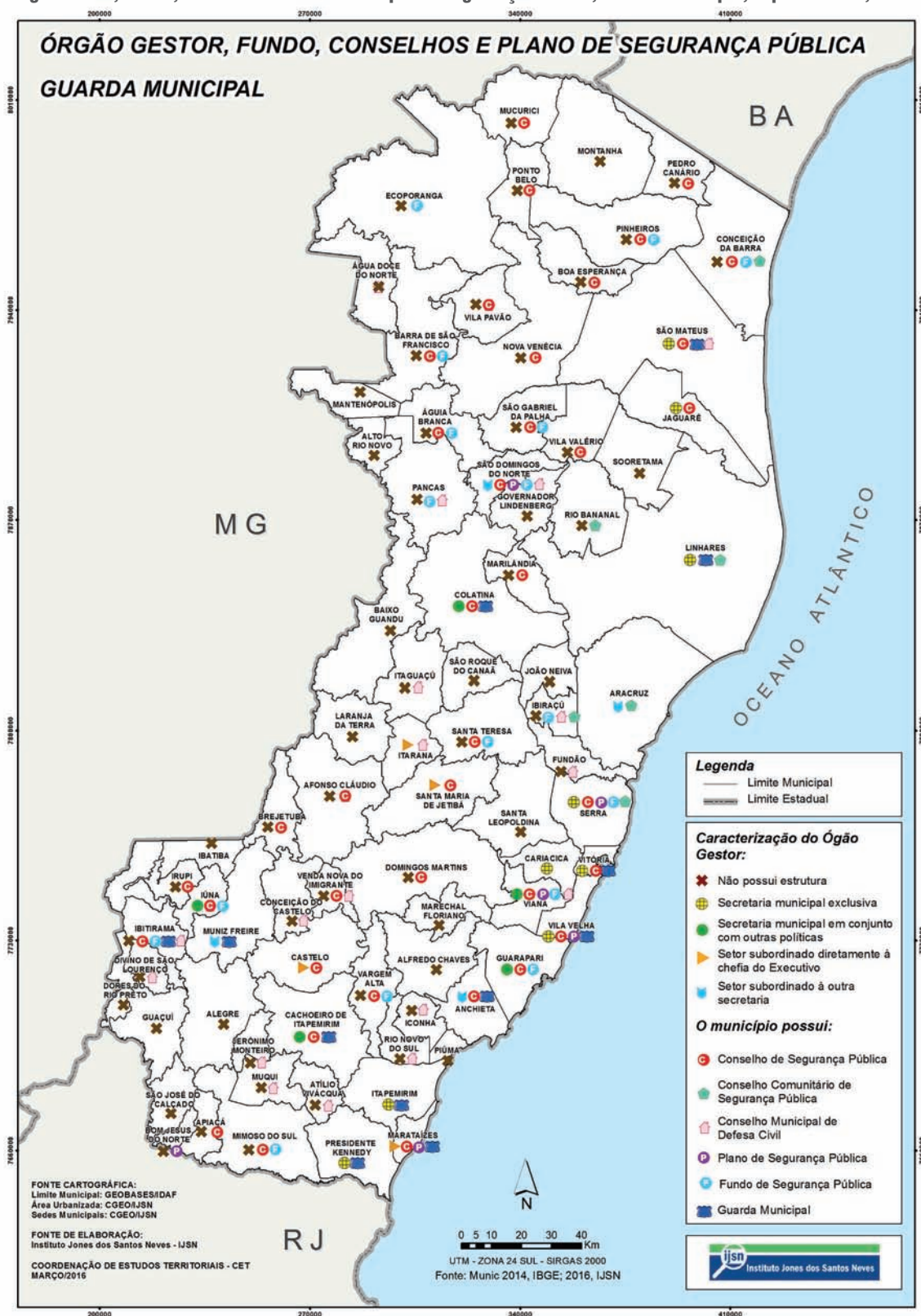


Fonte: Munic 2014, IBGE.
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Nos mapa,s a seguir, é possível visualizar em conjunto as informações analisadas nesta seção. No mapa 13, os instrumentos de gestão e a existência de Guarda Municipal; e, no mapa 14, a estrutura existente a partir dos equipamentos de segurança pública disponíveis.

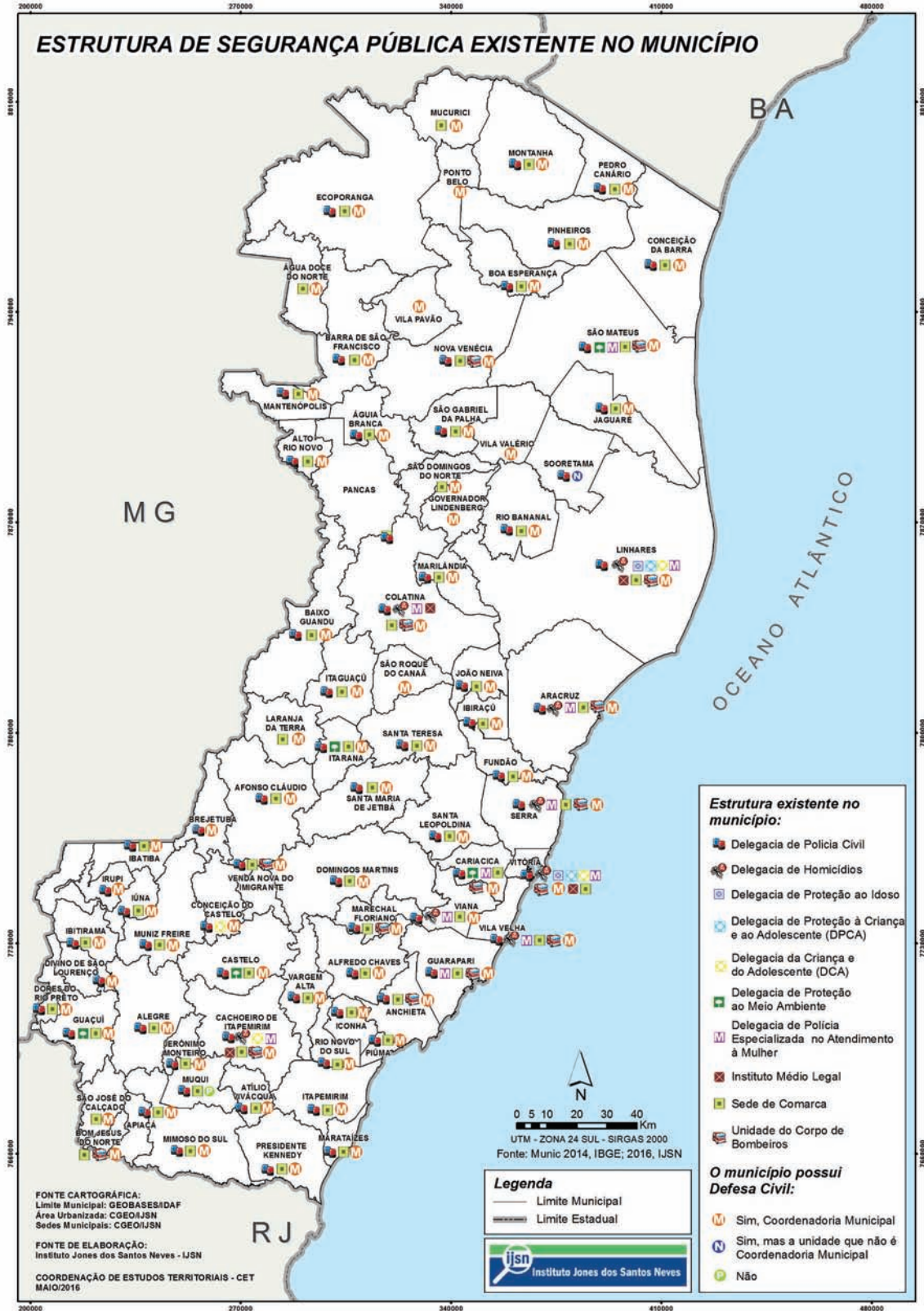
Mapa 13

Órgão Gestor, Fundo, Conselhos e Plano Municipal de Segurança Pública, Guarda Municipal, Espírito Santo, 2014



Mapa 14

Estrutura de Segurança Pública existente no município, Espírito Santo, 2014





Considerações finais

A análise das informações disponibilizadas pela Munic possibilita o acompanhamento da evolução dos governos municipais capixabas quanto à sua estrutura, legislação e instrumentos de planejamento, tendo como objetivo último contribuir para a melhoria da gestão municipal no estado do Espírito Santo. Esta edição, em particular, teve como foco as políticas setoriais, tais como Educação, Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública, além de temas como Recursos Humanos e Comunicação e Informática, fundamentais para uma boa gestão municipal.

Os dados aqui apresentados mostram que, de maneira geral, os municípios do Espírito Santo necessitam aprimorar sua infraestrutura e instrumentos para uma gestão municipal efetiva, participativa e inclusiva. Ainda é significativo o percentual de municípios que não dispõe de uma estrutura mínima de gestão nas diversas temáticas abordadas, com ausência de órgãos gestores, conselhos, fundos, planos e programas, principalmente nas áreas de Direitos Humanos e Segurança Pública. No que se refere a equipamentos públicos e serviços, analisados nas seções de Saúde e Segurança Pública, a estrutura existente nos municípios se mostra muito precária e insuficiente, o que sobrecarrega os municípios polos mais bem estruturados.



www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

